



# TEMPO DE FUTURO

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL AO XXXII CONGRESSO DO CDS-PP

PRIMEIRO SUBSCRITOR  
**NUNO MELO**

## INDÍCE.

1. A PARTIR DA NOSSA HISTÓRIA, PREPARAR O TEMPO FUTURO.
2. TEMPO DE FUTURO: COMPROMISSO COM O EUROPEÍSMO, O ATLANTISMO E A LUSOFONIA
  - 2.1. UM PARTIDO EUROPEÍSTA
  - 2.2. O QUADRO GEOPOLÍTICO
  - 2.3. A SEGURANÇA EUROPEIA
  - 2.4. UM PARTIDO ATLANTISTA
  - 2.5. UM PARTIDO LUSÓFONO E DEFENSOR DO MAR
3. TEMPO DE FUTURO PARA UMA FORÇA REFORMISTA
  - 3.1. NA ECONOMIA
  - 3.2. NA AGRICULTURA
  - 3.3. NA FAMÍLIA E PELA JUSTIÇA SOCIAL
  - 3.4. NA CULTURA
  - 3.5. NA EDUCAÇÃO
4. O Desafio da Revolução Digital: UMA VISÃO DEMOCRATA-CRISTÃ
5. REVER A CONSTITUIÇÃO: UMA CONSTITUIÇÃO PARA O TEMPO DE FUTURO
6. TEMPO DE FUTURO NO GOVERNO
  - 6.1. NA DEFESA: HONRAR O PASSADO, RESPONDER AO PRESENTE, PREPARAR O FUTURO
  - 6.2. NA ADMINISTRAÇÃO INTERNA: DIGNIFICAR QUEM NOS PROTEGE PARA GARANTIR MAIS POLICIAMENTO, COM MAIOR PROXIMIDADE
7. UMA FORÇA PARLAMENTAR: TEMPO DE FUTURO PARA O CDS NO PARLAMENTO
8. UMA FORÇA AUTONÓMICA: TEMPO DE FUTURO PARA O CDS NAS REGIÕES AUTÓNOMAS
9. UMA FORÇA AUTÁRQUICA: TEMPO DE FUTURO PARA O CDS NAS AUTARQUIAS
10. TEMPO DE FUTURO: MUDAR O PARADIGMA NO CDS

# 1. A PARTIR DA NOSSA HISTÓRIA, PREPARAR O TEMPO FUTURO.

1.1. O CDS enquanto partido fundador da Democracia portuguesa possui uma identidade forte e inabalável, projetada, desde logo, na coragem das suas primeiras gerações que, sob cerco e muitas vezes com risco de vida, lutaram pela democracia contra todas as formas de autoritarismo, em pleno processo revolucionário. Uma identidade, desde muito cedo, marcada por uma vocação de diálogo e pela tolerância, participando em diversos governos de coligação, distinguindo-se, desde o início e até aos dias de hoje, pela qualidade dos seus quadros.

1.2. O CDS é um partido de matriz democrata cristã, não confessional, centrado na dignidade da pessoa humana. É, por isso, contra todas as formas de discriminação e é um adversário acérrimo da linguagem agressiva e dos discursos radicais que fomentam o ódio. Contestamos todos os populismos, sejam eles de direita ou de esquerda, nacionais ou provenientes de multinacionais do radicalismo.

O CDS, à luz da Doutrina Social da Igreja, continuará a defender a justiça social, e a centralidade da família como célula fundamental da sociedade, afastando-se, assim, dos que defendem um liberalismo dogmático e um capitalismo absoluto pois, para nós, a liberdade económica e o mercado não podem postergar a proteção das pessoas e o compromisso com os mais fracos ou desfavorecidos. A liberdade individual não pode ser um atentado à dignidade de todos e de cada ser humano.

1.3. Tributários dos valores dos partidos democratas cristãos do pós-guerra, somos um partido profundamente europeísta que defende por isso o aprofundamento da União Europeia. Para nós, Portugal deve igualmente aprofundar o seu compromisso com a Aliança Atlântica e a Lusofonia e, portanto, com a Nato e a CPLP.

1.4. O CDS foi historicamente uma “casa comum da direita”, mas não podemos, ainda assim, ignorar os ventos políticos soprados do exterior aos quais o nosso país não foi imune e a conseqüente reconfiguração do nosso espaço político. É neste contexto que nos propomos trabalhar seguros de que uma força política com fortes convicções e valores, mas moderada, tem espaço e terá futuro nos tempos que aí vêm. Os sinais são evidentes: de cansaço em relação aos erros das várias esquerdas e à influência da esquerda radical, na sociedade portuguesa.

Como, por outro lado, é cada vez mais evidente para os portugueses, que ao contrário do que propõe o populismo, não existem soluções simples para problemas complexos.

E que as visões dogmáticas, sejam elas de esquerda ou ultraliberais, não correspondem aos anseios e necessidades do nosso povo.

É assim que, posicionando-nos na direita democrática e no centro-direita, o CDS quer ser parte importante de um espaço político reformista que, hoje, tem expressão no projeto político da AD e pretende reformar Portugal.

Depois de um interregno em que o partido esteve ausente da Assembleia da República, iniciámos, em abril de 2022, um ciclo de resistência, sob o lema “Tempo de Construir”.

Esse crescimento e esse espírito levaram-nos a construir um partido que hoje é, de novo, um partido do Governo, que tem poder autárquico, liderando 7 Municípios e governando em coligação cerca de 40, incluindo Lisboa, Porto, Braga, Gaia e Cascais.

Somos, também Governo nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e temos Representação Parlamentar.

É a partir desta força que, juntos, faremos nestes próximos 2 anos do CDS um partido mais forte e mais afirmativo.

## 2.

# TEMPO DE FUTURO: COMPROMISSO COM O EUROPEÍSMO, O ATLANTISMO E A LUSOFONIA

### 2.1. UM PARTIDO EUROPEÍSTA

O CDS-PP é, por convicção e por história, um partido profundamente europeísta. Foi-o desde a origem, quando reconheceu na integração europeia um desígnio estratégico para Portugal; e continua a sê-lo hoje, porque compreende que, num mundo mais incerto e mais competitivo, a Europa é uma dimensão essencial da nossa segurança, da nossa prosperidade e da nossa capacidade de influência. Mas o europeísmo do CDS nunca foi um europeísmo acrítico, burocrático ou conformista. O europeísmo do CDS é um europeísmo de convicção, exigência e sentido reformista. Inscreve-se na tradição dos grandes fundadores europeus - Schuman, Adenauer e De Gasperi - que viram na unidade europeia uma comunidade de destino entre povos livres, assente na paz, na prosperidade, na responsabilidade política e na dignidade da pessoa humana.

É essa herança política que continua a inspirar a nossa linha reformista: uma União que proteja melhor, que decida melhor, que produza resultados, que reforce a liberdade, a prosperidade e a segurança dos europeus, e que saiba responder aos grandes choques do nosso tempo sem perder a sua identidade política e moral. Queremos uma União Europeia mais forte nas matérias em que a ação comum é indispensável - na segurança, na defesa, nas fronteiras externas, na energia, na competitividade, na inovação, nas infraestruturas críticas e na proteção dos cidadãos - e mais inteligente na forma como exerce as suas competências, respeitando a diversidade política, económica e institucional dos Estados-Membros, valorizando a proximidade democrática.

Nos últimos anos, o CDS esteve na linha da frente deste debate europeu, nomeadamente em matérias de segurança interna, controlo das fronteiras externas, combate à imigração ilegal, defesa do Estado de direito, proteção das

infraestruturas críticas, reforço da capacidade europeia de defesa e valorização da ligação euro-atlântica. Fê-lo porque percebeu que a Europa entrou numa nova fase da sua história, em que já não basta ser um grande mercado ou uma potência regulatória. A Europa tem hoje de ser também uma potência de segurança, uma potência industrial, uma potência tecnológica e uma potência política.

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia marcou profundamente essa mudança de época. O regresso da guerra em grande escala ao continente europeu recordou-nos que a paz nunca é um dado adquirido e que a liberdade política exige capacidade de defesa, clareza estratégica e vontade de agir. A Europa teve de reaprender a linguagem da dissuasão, da prontidão, da produção industrial de defesa, da mobilidade militar, da segurança energética e da proteção das suas infraestruturas críticas. O apoio à Ucrânia é muito mais do que uma escolha de solidariedade, é uma exigência de coerência histórica e uma necessidade estratégica. Defender a Ucrânia é defender o princípio de que as fronteiras não podem ser alteradas pela força, de que as democracias não devem ceder perante a agressão e de que a segurança europeia não pode ser construída sobre a ilusão ou a dependência.

## 2.2. O QUADRO GEOPOLÍTICO

Ao mesmo tempo, a Europa enfrenta hoje um quadro geopolítico mais vasto e mais complexo. A instabilidade no Médio Oriente, a insegurança marítima em corredores estratégicos, a competição entre grandes potências, a pressão sobre as cadeias logísticas e energéticas, os ciberataques, a sabotagem de infraestruturas e a instrumentalização de fluxos migratórios mostram que a segurança europeia já não pode ser pensada apenas em termos tradicionais. Falar de segurança é hoje falar de fronteiras, de energia, de tecnologia, de mar, de portos, de cabos submarinos, de dados, de satélites, de redes elétricas e de capacidade de resposta a crises complexas.

Portugal tem, neste domínio, uma responsabilidade particular. A nossa posição atlântica, a dimensão marítima, a centralidade dos Açores, o peso da nossa zona económica exclusiva, a relevância dos portos e a crescente importância das ligações submarinas de dados e energia tornam-nos especialmente bem colocados para afirmar uma agenda europeia de segurança marítima, conectividade crítica e resiliência estratégica. Portugal não é uma margem passiva da Europa, é uma das suas plataformas atlânticas essenciais. E essa posição deve ser usada para reforçar o papel do País na definição das prioridades europeias em matéria de defesa, mobilidade, energia, cabos submarinos, portos, logística e presença no Atlântico.

Na Europa, o CDS defende uma visão da segurança e da defesa inteiramente coerente com aquela que considera necessária para Portugal. Não faria sentido pedir à União aquilo que não estamos dispostos a afirmar no plano nacional, nem defender em Bruxelas uma ambição estratégica que recusássemos em Lisboa. Para o CDS, a credibilidade europeia começa precisamente nesta coerência entre discurso e responsabilidade: uma Europa mais capaz em matéria de defesa exige Estados-Membros mais preparados, mais conscientes dos riscos e mais disponíveis para assumir os encargos inerentes à proteção da liberdade, da paz e da estabilidade. É por isso que o CDS sustenta, no plano europeu, a necessidade de um novo ciclo de investimento em defesa - mais realista, mais consequente e mais orientado para a capacidade efetiva. Durante demasiado tempo, a Europa habituou-se à ilusão de que a segurança era um bem garantido, quase automático, assegurado por inércia histórica ou pela proteção de terceiros. Mas esse investimento não pode ser entendido de forma estreita ou meramente contabilística. Não se trata apenas de gastar mais, trata-se de investir melhor, com visão de longo prazo, em áreas que reforcem de forma real a capacidade de defesa da Europa e dos seus Estados-Membros. A defesa do futuro mede-se tanto pela robustez das Forças Armadas como pela resiliência das infraestruturas críticas, pela continuidade logística e pela capacidade industrial de sustentação em cenários prolongados. Ao mesmo tempo, a defesa europeia tem de ser pensada em estreita complementaridade com a NATO. O reforço da capacidade europeia não deve traduzir-se em duplicações institucionais, mas numa contribuição mais forte, mais organizada e mais eficaz para a segurança comum do espaço euro-atlântico.

### 2.3. A SEGURANÇA EUROPEIA

A segurança da Europa não se joga apenas no plano militar. Joga-se também na capacidade de proteger as suas fronteiras externas, de combater redes criminosas e de responder com firmeza e humanidade às pressões migratórias que marcam o nosso tempo. É também nesse ponto que se mede a seriedade política da União e a confiança que os seus cidadãos depositam no projeto europeu. O CDS sempre defendeu que a Europa precisa de uma política de migração e asilo séria, humana, firme e credível. Isso significa proteger o direito de asilo, que constitui uma obrigação jurídica e moral das democracias europeias; mas significa também afirmar, com igual clareza, que não há política migratória digna desse nome sem controlo efetivo das fronteiras externas, sem combate às redes de tráfico de seres humanos, sem distinção rigorosa entre proteção internacional e imigração económica, e sem retornos efetivos de quem não tem direito legal a permanecer no território da União.

A reforma do Pacto em matéria de Migração e Asilo foi um passo importante nesse sentido. A criação de instrumentos mais claros para triagem, responsabilidade, solidariedade, procedimentos nas fronteiras e articulação entre asilo e retorno vai na direção certa. Também a clarificação dos conceitos de país de origem seguro e de país terceiro seguro, bem como o reforço do quadro europeu de retornos, respondem a uma evidência que durante demasiado tempo foi ignorada: sem capacidade de decisão e de execução, o sistema perde legitimidade, alimenta o descontrolo e enfraquece o apoio dos cidadãos a uma política equilibrada e justa. O CDS defende, por isso, uma imigração legal, regulada e compatível com as necessidades reais das economias e das sociedades europeias e recusa qualquer permissividade face à imigração ilegal e qualquer resignação perante a incapacidade de retorno.

A Europa define-se também pela sua capacidade de gerar prosperidade, inovação e mobilidade social. O CDS entende que esta nova fase do projeto europeu tem de colocar a competitividade no centro da agenda política. A Europa não pode resignar-se ao declínio industrial, à perda de produtividade, ao excesso regulatório, ao aumento dos custos da energia e à fuga do investimento. Precisa de reconstruir a sua base produtiva, de reforçar a inovação, de apostar em cadeias de valor estratégicas, de simplificar regras, de apoiar a indústria e de garantir que a transição energética se faz com pragmatismo, realismo e justiça social. A descarbonização é necessária; a desindustrialização é inaceitável. A boa política europeia não pode escolher entre sustentabilidade e competitividade: tem de saber conciliá-las, porque uma Europa ambientalmente ambiciosa, mas economicamente enfraquecida, será menos livre, menos coesa e menos capaz de afirmar os seus interesses no mundo.

O CDS entende igualmente que a Europa deve permanecer firme na defesa do Estado de direito, da integridade democrática e da igualdade de critérios entre Estados-Membros. A credibilidade europeia depende da sua coerência. A União não pode ser exigente com uns e tolerante com outros. O combate à corrupção, a independência judicial, a liberdade de imprensa, a separação de poderes e a confiança nas instituições são condições essenciais da democracia europeia e da legitimidade do projeto comum.

Por fim, o CDS acredita que a Europa deve continuar a ser uma comunidade de valores, de responsabilidade e de abertura ao futuro. Isso significa continuar a apoiar uma política de alargamento séria e exigente, fundada em critérios claros, em reformas consistentes e num compromisso efetivo com o Estado de direito. Significa reconhecer que o alargamento, no contexto internacional atual, não é apenas uma questão institucional, é também uma escolha estratégica, ligada à segurança, à estabilidade e à capacidade da Europa para projetar ordem e confiança na sua vizinhança. Mas seria um erro pensar que a resposta a este novo tempo passa por sacrificar os equilíbrios institucionais fundamentais da União ou

por enfraquecer o papel dos Estados-Membros nas decisões mais sensíveis. O CDS entende que a reforma institucional da Europa pode ser necessária para melhorar a eficácia, simplificar procedimentos e reforçar a capacidade de decisão, mas não deve fazer-se à custa da legitimidade política dos Estados, nem da responsabilidade própria que cada governo assume perante os seus cidadãos. Em particular, nas matérias estruturantes da soberania democrática europeia - como a política externa e de segurança, o alargamento ou as grandes revisões institucionais - o princípio da unanimidade continua a ser uma garantia essencial de equilíbrio, de prudência e de coesão. A unanimidade não é um anacronismo a remover por impaciência tecnocrática. É, em muitos casos, a expressão de uma exigência de legitimidade. Obriga à construção de compromissos mais sólidos, protege a coesão entre Estados de diferente dimensão e impede que decisões de profundo alcance político sejam tomadas por mera agregação aritmética de maiorias ocasionais. É por isso que o CDS defende uma Europa capaz de se reformar sem se descaracterizar. Uma Europa que saiba adaptar-se ao novo contexto estratégico, tornar-se mais eficaz e preparar-se para futuros alargamentos, mas sem cair na ilusão de que a simplificação institucional se faz eliminando os mecanismos que garantem o consentimento político dos Estados-Membros.

É esta Europa que o CDS defende: uma Europa mais forte onde precisa de ser forte; mais eficaz onde precisa de decidir; mais segura onde precisa de proteger; mais competitiva onde precisa de crescer; mais coesa onde precisa de convergir; e mais consciente do seu papel num mundo em mudança. Uma Europa em que Portugal seja participante ativo, com voz própria, mas parceiro exigente. Uma Europa reformista, estratégica, democrática e fiel à sua vocação de liberdade. Uma Europa à altura do nosso tempo.

## 2.4. UM PARTIDO ATLANTISTA

A localização estratégica de Portugal no Atlântico Norte, confere-nos um posicionamento único: um país europeu, transatlântico, situado na região da macaronésia, que liga os arquipélagos dos Açores e da Madeira a Cabo Verde, e desde ali ao Mundo, através de rotas que o tempo nunca apagará.

Porém, vivemos em tempos de rápida mudança e Portugal, à semelhança do passado, tem se saber navegar em águas turbulentas. Com mais de sessenta conflitos ativos e uma pluralidade de interesses em jogo, Portugal deve ser capaz de definir e seguir um caminho que salvguarde o interesse nacional.

A defesa intransigente do Direito Internacional e do multilateralismo são marcas distintivas da ação externa de Portugal, a par da integração na União

Europeia, da relação transatlântica e da defesa da Lusofonia. Portugal é um parceiro e aliado confiável.

Não podemos ignorar que determinadas realidades que antes pareciam ser permanentes, estão a ser colocadas em causa, como acontece, desde logo, no que concerne à estabilidade das relações entre aliados, sobretudo no contexto da NATO, e do posicionamento face às ameaças que enfrentamos.

Vivemos um período de grande instabilidade em todas as regiões do mundo, envolvendo uma pluralidade de atores, e com recurso a todo o tipo de meios, incluindo a inteligência artificial.

No epicentro dessa instabilidade estão hoje os diferentes conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente e as inevitáveis e trágicas consequências humanitárias, que somam a outras crises também em curso, como a situação catastrófica que se vive no Sudão, na República Democrática do Congo, na Nigéria e na região do Sahel, apenas para mencionar alguns.

As alterações que se vão sucedendo obrigam à adoção de uma abordagem prudente, tendo em vista a defesa do interesse nacional, em linha com as obrigações e os compromissos internacionais assumidos por Portugal, seja no quadro da ONU, da NATO ou da EU, ou de outros instrumentos e organizações de que Portugal faça parte.

A esse respeito, é indiscutível que a defesa ocupa hoje um lugar cimeiro na ação externa de Portugal. A pluralidade e a natureza atípica das ameaças que enfrentamos obriga a uma resposta diversificada.

Nesse sentido, o CDS tem tido um papel essencial através do seu Presidente e Ministro da Defesa Nacional, robustecendo a ação do Estado no domínio da defesa, seja através de tornar a carreira militar mais apelativa, seja no reforço e atualização dos meios disponíveis.

## 2.5. UM PARTIDO LUSÓFONO E DEFENSOR DO MAR

O mar é um elemento central na formação da nossa identidade nacional. Foi através do mar, e por causa do mar, que os portugueses contribuíram decisivamente para o progresso científico e tecnológico da humanidade.

O mar também é um pilar essencial da Lusofonia. Os países de língua oficial portuguesa são importantes Estados costeiros (Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor-Leste) e Estados arquipelágicos (Cabo Verde

e São Tomé e Príncipe), encontrando-se localizados nas mais importantes regiões marítimas do Mundo. Desde o Atlântico, ao Pacífico, passando pelo Índico.

A língua portuguesa assume lugar central. Não apenas como instrumento utilitário, mas como casa comum da experiência histórica portuguesa. A defesa da língua, da literatura, do livro, da leitura e das formas de expressão que sedimentaram a nossa visão do mundo não é um reflexo de museu. Uma comunidade que enfraquece a sua língua enfraquece a sua capacidade de pensar por si, de transmitir-se a si mesmo e de projetar-se no mundo com voz própria.

Devido à extensão da plataforma continental portuguesa, Portugal exerce direitos de sobre um dos maiores espaços marítimos sob jurisdição nacional da União Europeia e um dos maiores do Mundo. Com estes direitos, Portugal também está vinculado a importantes obrigações, designadamente no que respeita à proteção ambiental e ao combate às alterações climáticas e à poluição, ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais marinhos, à segurança marítima, entre outras.

Dada à importância estratégica e à dimensão do espaço marítimo nacional, Portugal deve manter a liderança internacional nos temas do mar e deve estar no pelotão da frente das economias do mar mais dinâmicas e sustentáveis do mundo. Para isso, é necessário que o mar esteja presente em todos os aspetos das políticas públicas, ao nível nacional, regional e local, cobrindo o maior número de sectores, tais como o ambiente, a coesão territorial, educação, cultura, saúde, o lazer, ou as infraestruturas.

O CDS orgulha-se de ter sido o partido que mais fez pelo mar nos últimos anos, desde a defesa da fileira do pescado e de uma pesca sustentável, ao investimento em inovação e ciência, ou à criação de um quadro jurídico inovador e fiável, indispensável para o desenvolvimento da economia do mar em Portugal.

Para além de um passado em defesa do mar, o CDS também encara de frente os desafios do presente e do futuro, tais como o combate à poluição, à mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas e da subida do nível do mar, entre tantos outros.

O desenvolvimento sustentável das zonas costeiras é essencial. Para isso é necessário criar soluções que promovam a correta ocupação do território, designadamente do interior, e levar a todo o território os benefícios da economia azul. Com efeito, num país como Portugal, a coesão territorial deve ser uma prioridade, através do desenvolvimento de políticas eficazes que tenham em conta uma correta articulação mar-terra e entre zonas do litoral e do interior.

Para isso, é primeiro necessário conhecer, para saber proteger. Com efeito, Portugal, de acordo com vários especialistas, é o país da UE com maior risco de desertificação, fruto de secas mais frequentes e prolongadas. As alterações climáticas e a adoção de medidas de adaptação e mitigação têm, por isso, de ser uma prioridade, transversal a todos os sectores.

Para além destes importantes desafios, outro que Portugal deve ser capaz de enfrentar prende-se com a própria competitividade da nossa economia do mar.

O CDS não defende uma economia do mar exclusivamente subsidiária. A economia do mar deve encorajar a participação do sector privado e, conseqüentemente, ser capaz de captar investimento privado.

O CDS defende ainda a diversificação da economia do mar. Atualmente, a economia do mar em Portugal corresponde aproximadamente a 5% do PIB, dos quais, 2/3 são sobretudo resultantes da atividade turística. O sector marítimo-turístico é dominante na economia do mar em Portugal, tal como o é ao nível europeu, desde logo porque a proximidade ao mar é um fator decisivo do crescimento do turismo em termos globais.

Contudo, sem prejuízo do importante contributo do sector marítimo-turístico e de outros sectores fundamentais para o atual desempenho da economia do mar, como é o caso da pesca, da indústria conserveira e da fileira do pescado, Portugal deve promover a inovação em todos os sectores, desde os tradicionais e já estabelecidos, aos novos sectores. Há um conjunto de áreas onde Portugal pode e deve liderar a nível europeu e internacional. É o caso da construção de infraestruturas offshore, seja para a aquacultura em mar aberto, seja para a utilização no aproveitamento de energias renováveis, a criação de centros de desenvolvimento tecnológico, ou à biotecnologia marinha, entre outros.

Estes e outros desafios devem ser encarados com ambição e determinação, e com a convicção que este será um dos maiores legados que podemos e devemos deixar às próximas gerações.

## 3.

# TEMPO DE FUTURO PARA UMA FORÇA REFORMISTA

### 3.1. NA ECONOMIA

A melhoria das condições de vida das famílias portuguesas é o objetivo central das reformas propostas pelo CDS-PP. Numa altura em que a instabilidade no exterior se agrava e provoca uma subida dos preços da energia e dos combustíveis, que se transmite a outros bens essenciais, o CDS-PP propõe a continuação da redução do IRS para aumentar o rendimento disponível de todas as famílias portuguesas, a subida das pensões mais baixas para os idosos e a criação de condições de sustentabilidade salarial para que os jovens possam criar família e dar um futuro com esperança aos seus filhos.

A diminuição do IRS ou a subida de pensões não é suficiente e há um caminho a percorrer para garantir o aumento sustentado do bem-estar das famílias portuguesas. As reformas da Economia devem ir mais além e enfrentar e ultrapassar os constrangimentos estruturais causados pelas últimas décadas de governação pela esquerda - fraco crescimento económico, baixa produtividade, empregos pouco qualificados, falta de capital e de investimento, elevado endividamento ou a dependência de subsídios do Estado e externos.

São estas as condições para que as empresas nacionais, da Agricultura ao Turismo, da indústria aos serviços, dos transportes às comunicações, possam ser mais competitivas, crescer, produzir e vender mais em Portugal e no exterior, alargando as perspetivas de vida e criando emprego com elevado nível de qualificação e elevados salários para os jovens, proporcionando melhores serviços para toda a população.

A proposta da direita democrata-cristã passa, em primeiro lugar, pela aceleração do crescimento económico assente na facilitação e na eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento do espírito de iniciativa e de tomada de risco dos empresários portugueses. Um Portugal mais autónomo e mais dinâmico, que assume a sua identidade no país e no exterior, um território coeso que gere riqueza para todos - no interior e no litoral; no Norte, no Sul e nas ilhas; nos campos e nas cidades.

O maior crescimento económico depende da capacidade das empresas em aproveitar as oportunidades criadas pela mudança nas opções dos portugueses, pelo maior desenvolvimento de áreas como a Defesa, a economia do Mar ou a gestão da Água, pela eliminação da escassez na habitação ou na produção de energia, pelo surgimento de novas tecnologias, pelo aproveitamento do conhecimento científico e pelas novas aplicações com recursos à inteligência artificial, à física quântica, à nanotecnologia e a outras ferramentas potenciadas pela digitalização.

Estas áreas de desenvolvimento económico contribuem decisivamente para a obtenção dos ganhos de produtividade necessários para que as condições e o nível de vida médio dos portugueses se aproxime do dos países mais desenvolvidos, e para reduzir ao máximo o número dos que atravessam uma situação de pobreza.

O aproveitamento daquelas oportunidades requer uma melhor qualificação dos portugueses. O CDS-PP defende uma aposta numa formação que seja adequada às necessidades das empresas, e que não exista apenas para fins estatísticos, e um mercado de trabalho organizado de forma a facilitar a transição dos detentores do conhecimento para que estejam ao serviço das empresas que dele necessitam.

As mudanças ao nível do mercado de trabalho são fundamentais para levar a um alinhamento entre as capacidades e as competências de cada português com as bases empresariais necessárias para um nível de vida e de desenvolvimento económico mais elevados. O mercado de trabalho deve deixar de estar organizado pelos mesmos princípios da origem da indústria, que ocorreram há quase dois séculos e não são adequados à realidade de hoje.

Só com estas alterações é que o conhecimento dado pelas universidades e pelo sistema científico nacional pode ser aproveitado para o desenvolvimento económico e possibilitar que os jovens qualificados em Portugal tenham condições para ter uma vida condigna que lhes permita criar família no nosso País, minimizando os efeitos da sua saída para o estrangeiro.

No mesmo sentido, só através de uma melhoria significativa do funcionamento do mercado de trabalho será possível que os imigrantes possam trabalhar no nosso país e colocar as suas capacidades ao serviço do desenvolvimento económico. Após vários anos de irresponsabilidade governativa da esquerda, que escancarou a entrada em Portugal de pessoas sem condições para sustentar a sua vida em nome de uma inclusão ilusória, e que levou ao rápido crescimento dos que vivem na rua sem condições dignas, chegou altura de a preocupação com os outros passar a ser real e deixar de ser panfletária.

As propostas do CDS-PP vão no sentido contrário ao da precariedade que as políticas de esquerda causaram, e defendem uma criação de riqueza que possibilite o aproveitamento das capacidades de cada um, para que Portugal seja um país com comunidades estáveis e seguras, em que as várias gerações convivam em proximidade.

A vida em comunidade é essencial para que os idosos possam ter acesso a serviços que lhes permitam uma vida confortável e sem sobressaltos, e em que os jovens possam ter filhos e criar famílias e, ao mesmo tempo, acompanhar as gerações mais velhas, eliminando angústias sobre um fim de vida em isolamento.

Este sentir da vivência comunitária beneficia do crescimento económico e da riqueza criada pelas empresas e está no centro das ideias democratas-cristãs por ser um dos principais motivos de felicidade para as diferentes gerações de cada família.

O CDS-PP propõe ainda que as mudanças propostas sejam complementadas com as necessárias condições de estabilidade financeira que permita o investimento em infraestruturas e habitação, e o acesso das empresas a capital produtivo. Portugal sofre de uma crónica falta do investimento transformador, que potencia a criação de riqueza. Por isso, é essencial que continue a política de redução da taxa de IRC, incluindo a eliminação dos efeitos nefastos da sua progressividade e da sua complexidade, que haja uma maior eficácia e simplicidade na atração de investimento estrangeiro, bem como que seja garantido o acesso a fontes de financiamento mais diversificadas – mercado de capitais, capital de risco e outros –, e que se mantenham baixas taxas de juros pelo equilíbrio nas contas do Estado e a diminuição da dívida pública.

Neste âmbito, é essencial que a atuação do Estado não contribua para a limitação do investimento produtivo, quer pelo desvio das fontes de financiamento a que as empresas têm acesso, quer pelo seu excessivo uso em empresas públicas geridas sem racionalidade económica. Para isso, é necessário garantir que, em complemento da libertação de recursos mal geridos pelo Estado que podem ser canalizados para usos mais produtivos – através da redução dos impostos e da eliminação de centenas de taxas e de sanções pecuniárias desadequadas e pela atuação do Banco de Fomento –, a gestão pública assente na responsabilidade, na qualidade e no mérito de dirigentes e colaboradores.

Da mesma forma, a dependência de subsídios do Estado e do exterior é improdutiva e nociva, porque leva a que as empresas orientem os seus esforços e recursos para sua obtenção, em vez de estarem focadas no crescimento pela resposta às necessidades da população. Por isso, o CDS-PP considera que pode ser estabelecida uma ligação entre a atribuição de fundos da UE e os resultados

alcançados em termos de ganhos de produtividade, de exportações e de criação de riqueza, desligando-os do valor da despesa realizada.

Ambas as situações requerem a eliminação de uma legislação e de uma burocracia demasiado exigente em termos regulatórios e declarativos, que na prática alimentam a baixa produtividade, desincentivam a criação de riqueza, aumentam a dependência de subsídios e dificultam as fusões, as aquisições, as reorganizações e a existência de empresas de maior dimensão. A recente legislação ESG (Ambiental, Social e de Governança), não pode ser prejudicial para o desenvolvimento económico, devendo, pelo contrário, ser compatibilizada com o crescimento e desenvolvimento económico.

O CDS-PP propõe uma maior redução dos constrangimentos burocráticos, como o excesso de regras procedimentais, licenciamentos muito demorados e a incerteza causada pela falta de clareza das leis a nível da UE, nacional e local, e a promoção da maior previsibilidade na atuação das entidades reguladoras e do Tribunal de Contas, que assente numa regulação inteligente que privilegie a fiscalização em detrimento de procedimentos burocráticos ineficientes, e de um sistema judicial mais célere e eficiente.

As propostas de reforma na Economia dão uma nova esperança que aplica os valores essenciais do ser português – Liberdade, Família, Propriedade, Trabalho - aos novos tempos que vivemos.

O CDS-PP é a Direita que faz falta aos trabalhadores que diariamente lutam por melhorar as suas condições de vida, pela aposta na aceleração do crescimento económico que propicia maiores salários e mais rendimento, que permite a redução do IRS e da pesada carga fiscal que agora suportam, e que dá condições para poupar e garantir uma vida futura sem preocupações.

O CDS-PP é a Direita que faz falta aos empresários e empreendedores de Portugal, que valoriza o seu mérito e diminui a sua carga fiscal para que possam optar livremente pelas vias de competitividade e de crescimento das suas empresas numa economia de mercado sustentável que cria riqueza e não deixa ninguém para trás.

A Direita que faz falta é a democracia cristã que promove a reforma da Economia e a aceleração do crescimento económico, colocando o ser humano no centro das decisões políticas, respeitando as comunidades e as tradições e procurando oportunidades em diferentes áreas e locais.

Um país sem memória é um país sem futuro e o CDS-PP pretende que o mesmo país que deixou o "afunilamento" no Império e no ouro do Brasil, também largue o imobilismo burocrático, a dependência financeira e as ilusões ideológicas

que os portugueses sofreram nas últimas décadas, e caminhe no sentido de crescimento e do desenvolvimento económico.

### 3.2. NA AGRICULTURA

O CDS-PP sempre defendeu um setor agrícola forte, para que seja fonte de desenvolvimento económico e coesão territorial.

É, por isso, essencial evitar e combater o êxodo rural, mantendo a verdadeira identidade do país, apoiando tradições e cultura portuguesas, reconhecendo ainda, que as comunidades rurais têm a mesma necessidade de acesso a serviços e infraestruturas das zonas urbanas, como saúde, rede de transportes ou telecomunicações e novas tecnologias.

Portugal não pode ser um território a duas velocidades, com um litoral com forte concentração da população e da atividade económica, com cerca de um quarto do território, três quartos da população e que concentra cerca de quatro quintos do rendimento nacional; e um interior desigual, envelhecido e empobrecido, com preocupantes índices de despovoamento, com pouca atividade económica, sustentada pelo setor terciário.

A aceleração do crescimento económico irá permitir o reforço da ação do poder local e regional e acompanhar a transferência de responsabilidades e de recursos em áreas onde as decisões são tomadas com melhor conhecimento, reforçando a coesão territorial em Portugal.

Para isso, é necessária uma estratégia eficaz, desburocratizada, ágil e que permita investimento, que tenha como objetivos a modernização e o rejuvenescimento da população agrícola e a obtenção de uma balança comercial positiva no setor agroalimentar.

Tal como, no CDS, entendemos ser necessário implementar um conjunto de medidas que promovam o desenvolvimento do setor a nível nacional que reforcem e dinamizem a Agricultura nacional, através da reprogramação do PEPAC e da aceleração da sua operacionalização e execução, com maior previsibilidade nas medidas de investimento e maior rapidez nos pagamentos dos apoios.

Defendemos, também, assegurar uma gestão sustentável da água, tendo em consideração a necessidade de mitigação das alterações climáticas e de combate às secas, requerendo a elaboração de um plano hidrológico para Portugal, com base científica, que avalie a possibilidade de condução de água dos território com maiores disponibilidades, a criação de estruturas de

armazenamento e regulação de caudais e interligações entre bacias hidrográficas para fins agrícolas, de abastecimento às populações e de defesa contra incêndios.

### 3.3. NA FAMÍLIA E PELA JUSTIÇA SOCIAL

Portugal enfrenta hoje um dos momentos mais exigentes da sua história recente. A quebra persistente da natalidade, o envelhecimento da população, a incerteza do contexto internacional, a exigência da competitividade global, a dificuldade crescente dos jovens em construir um projeto de vida autónomo e a fragilidade das redes de apoio social são sinais claros de um país que precisa de uma resposta reformista, coerente e orientada para o futuro. Não se trata apenas de responder a problemas conjunturais, mas de enfrentar desafios estruturais que condicionam a continuidade da nossa comunidade e a qualidade de vida das próximas gerações.

O CDS-PP deve assumir-se como o partido que coloca a pessoa no centro das políticas públicas, reconhecendo que a dignidade humana, a liberdade de escolha e a responsabilidade individual são inseparáveis de uma verdadeira justiça social. Tal como afirmado e espelhado por diversas vezes em programas do CDS-PP, a preocupação maior da política deve ser com as pessoas e não com o sistema, cabendo ao Estado criar condições para que cada um possa construir o seu percurso de vida com liberdade e segurança.

Ser reformista, neste contexto, significa compreender que Portugal não resolverá os seus problemas sociais sem uma política forte de apoio à família. A família não é apenas uma realidade privada: é o primeiro espaço de solidariedade, de educação, de cuidado e de transmissão de valores. É na família que se constrói a coesão social e é a partir dela que se garante o futuro demográfico do país. Quando o Estado falha no apoio às famílias, compromete não apenas o presente, mas o próprio futuro da sociedade. Por tudo isto, a política em relação às famílias deve ter como prioridade assegurar a sua estabilidade duradoura, a sua segurança material e a preservação da sua liberdade para que, cada um dos seus membros, possa assumir as suas responsabilidades.

Hoje, demasiados portugueses adiam ou desistem de ter filhos não por falta de vontade, mas por falta de condições. O Estado, demasiadas vezes, tornou-se um obstáculo à vida familiar, criando encargos, burocracias e incertezas que desincentivam a natalidade. A resposta não pode ser feita com medidas isoladas, mas com uma política integrada que atue sobre a fiscalidade, o trabalho, a habitação, a segurança social, os serviços de apoio e acima de tudo a liberdade.

Uma política social moderna e eficaz deve começar por garantir que o sistema fiscal reconhece a realidade das famílias. Não é aceitável que quem decide ter filhos seja penalizado por isso. O princípio de que cada filho conta deve ser plenamente assumido na real proporção dos custos que representa, sendo necessário o reforço das deduções fiscais e da criação de mecanismos que permitam aliviar de forma efetiva a carga fiscal sobre agregados com filhos. Ao mesmo tempo, deve ser assegurado que o rendimento das famílias não é excessivamente absorvido pelo Estado, permitindo-lhes poupar, investir e planear o futuro com estabilidade, sendo necessária uma redução significativa do IRS para as famílias da classe média.

Mas a justiça social não se esgota na fiscalidade. Exige também condições reais para conciliar a vida profissional com a vida familiar. O CDS deve continuar a defender a flexibilização das licenças parentais, permitindo que pais e mães possam acompanhar os primeiros anos de vida dos seus filhos com maior liberdade e equilíbrio. Esta política deve ser complementada com incentivos claros à partilha de responsabilidades parentais e com o reconhecimento do papel dos avós como elemento essencial de apoio às famílias. A rede de apoio familiar é fundamental e deve ser valorizada.

A conciliação entre trabalho e família exige também uma transformação na organização do trabalho. É fundamental continuar a promover regimes mistos presenciais e de teletrabalho, com horários flexíveis e modelos laborais que permitam aos pais acompanhar mais de perto o crescimento dos filhos, bem como criar respostas de equipamentos sociais com horários alargados e ajustados às necessidades laborais de hoje (profissões liberais, profissões por turnos, etc.), permitindo uma maior liberdade de organização da vida familiar. Esta deve ser uma prioridade política clara, acompanhada por incentivos às empresas que adotem práticas amigas da família.

Uma das maiores dificuldades sentidas pelas famílias é o acesso a respostas sociais básicas, em particular no apoio à infância. A falta de vagas em creches e estruturas de educação pré-escolar, na área de residência e com horários ajustados constitui um obstáculo real à natalidade e à igualdade de oportunidades.

O CDS deve reforçar a sua proposta de criação de uma rede universal de creches, recorrendo de forma inteligente aos setores social e privado para garantir que nenhuma família fica sem resposta. Esta abordagem, baseada num Estado social de parceria, permite responder mais rapidamente às necessidades das famílias, garantindo simultaneamente liberdade de escolha e eficiência.

Ao mesmo tempo, é fundamental garantir que todas as crianças têm acesso a uma educação de infância de qualidade, desde os primeiros anos de vida,

assegurando igualdade de oportunidades desde o início do percurso educativo. A aposta na educação não é apenas uma política social, mas um investimento estratégico no futuro do país.

A habitação é outro dos grandes bloqueios à constituição de família. Sem acesso a casa, não há estabilidade, e sem estabilidade não há projeto de vida. O CDS deve aprofundar as suas propostas de mobilização do património do Estado e de simplificação da construção, nomeadamente com a evolução que temos assistido na indústria da construção, criando condições para aumentar a oferta e reduzir os preços. A estas medidas deve acrescer uma política orientada para os jovens e famílias em início de vida, com incentivos à aquisição e arrendamento acessível, permitindo que mais portugueses possam dar o passo de constituir família.

Uma política social verdadeiramente humana não pode ignorar o envelhecimento da população. Uma sociedade justa cuida de quem cuidou e apoia as famílias na tarefa de acompanhar os seus idosos. É essencial reforçar as iniciativas que promovam o envelhecimento ativo e a longevidade. Mas também aumentar as respostas sociais para receber os mais idosos, combatendo o isolamento social, mas também promovendo a atividade. É também fundamental reforçar as redes de apoio domiciliário, potenciar as redes de cuidadores dando-lhes mais condições, valorizando o papel dos cuidadores informais, garantindo-lhes apoio financeiro, formação, reconhecimento e também garantir que quem cuida também é cuidado. São muitos os cuidadores que estão exaustos e precisam também de quem deles cuide. Esta é uma dimensão essencial da solidariedade intergeracional que o CDS deve colocar no centro da sua ação política.

Importa igualmente garantir maior transparência e previsibilidade no sistema de segurança social, permitindo que cada cidadão possa planear o seu futuro com confiança. Continuamos a defender a criação de um contrato de transparência e o reforço dos mecanismos de poupança para a reforma, como o suplemento de reforma. A sustentabilidade da Segurança Social deve ser questionada e encontradas medidas para a assegurar. Acreditamos ser possível reforçar a confiança no sistema e assegurar a sua sustentabilidade.

A justiça social exige também políticas que promovam a autonomia das pessoas ao longo da vida. Desde o apoio à entrada no mercado de trabalho, com incentivos à contratação e à estabilidade laboral, até à valorização da formação profissional e da requalificação, é essencial criar condições para que cada pessoa possa progredir.

Uma sociedade mais justa é também uma sociedade que valoriza o esforço, que não penaliza quem trabalha mais e que cria condições para a mobilidade social. Ao defender uma fiscalidade mais equilibrada e políticas de apoio ao

trabalho, o CDS afirma uma visão de justiça social baseada na dignidade e na responsabilidade.

Finalmente, importa reconhecer que estas políticas só serão eficazes se forem pensadas de forma integrada, planeadas, com uma visão de longo prazo e com estabilidade. Mas também a reconhecer que não cabe ao Estado dar resposta de forma isolada. As empresas podem e devem ser parceiros essenciais da ação política no desenvolvimento social para um País mais justo, solidário e mais amigo das famílias.

A política de família não pode ser um conjunto de medidas dispersas: deve ser um verdadeiro eixo estratégico da governação, capaz de mobilizar recursos, orientar decisões e criar confiança nas famílias portuguesas.

O CDS-PP deve, por isso, afirmar-se como o partido que lidera esta transformação, assumindo uma agenda reformista centrada na justiça social, na solidariedade e na valorização da família. Um partido que não aceita a resignação perante o declínio demográfico, que não ignora as dificuldades das famílias e que não abdica de construir um país mais justo, mais equilibrado e mais humano.

### 3.4. NA CULTURA

Uma política cultural séria começa por recusar dois erros simétricos. O primeiro é o erro elitista, que trata a cultura como um território reservado, onde poucos entram e muitos assistem de fora, intimidados por códigos, linguagens ou redes de pertença. O segundo é o erro populista, que em nome do acesso dissolve a exigência, nivela a criação, confunde cultura com entretenimento instantâneo e transforma a responsabilidade pública num simples calendário de eventos. O CDS não deve escolher entre um e outro. Deve rejeitar ambos.

Para nós, a cultura não é ornamento de prosperidade nem adereço de regime. É uma dimensão constitutiva da vida nacional. É nela que uma comunidade reconhece a sua continuidade no tempo, educa o olhar, disciplina a sensibilidade, aprofunda a liberdade interior e transmite às gerações seguintes mais do que bens: transmite critérios, memória, linguagem, pertença e horizonte. Uma democracia que abdica disto empobrece mesmo quando cresce. Pode ter consumo, ruído e agenda; terá menos alma, menos consciência e menos futuro.

O CDS deve, por isso, afirmar uma visão de cultura como tarefa de liberdade e de transmissão. Liberdade para criar, escolher, discordar e inovar. Transmissão daquilo que merece permanecer, formar e unir. Entre o elitismo sem povo e o populismo sem exigência, entre o clientelismo subsidiado e o mercado sem

memória, entre a cultura usada como máquina ideológica e a cultura tratada como luxo supérfluo, há um caminho português, humanista e exigente. Esse caminho reconhece que a cultura não vale menos por não ser imediatamente quantificável; vale mais, precisamente porque forma o carácter de um povo e a qualidade íntima da sua democracia.

É por isso que uma política cultural de centro-direita não pode aceitar a degradação da cultura em aparelho de legitimação ideológica, circuito fechado de dependências ou sistema opaco de consagração entre iguais. O Estado não deve escolher artistas pela sua ortodoxia, não deve distribuir apoios como se os agentes culturais fossem uma clientela, nem cair na tentação de distribuir reconhecimento como quem gere fidelidades. A criação pede liberdade; o mérito pede exigência; o dinheiro público pede critério. Onde estes três princípios desaparecem, começa a decadência: a do gosto, a das instituições e a da confiança cívica.

A primeira obrigação de uma política cultural digna desse nome é alargar o acesso sem sacrificar a qualidade. Democratizar não significa vulgarizar. Significa remover barreiras económicas, territoriais, sociais e simbólicas que durante demasiado tempo afastaram muitos portugueses da fruição cultural. Mas significa também recusar a condescendência. Os cidadãos precisam de mais cultura: mais leitura, mais música, mais teatro, mais património, mais contacto com o que eleva, interpela e permanece. Uma política cultural democrática não infantiliza os cidadãos: trata-os como adultos capazes de escolher, aprender, preferir e crescer.

Por outro lado, não basta proclamar descentralização; é preciso restituir densidade cultural a um país excessivamente concentrado. Uma nação coesa não pode viver sob a lógica de um centro que produz e de periferias que recebem, de uma capital que legitima e de um resto do território que agradece. Para o CDS, a vida cultural tem de ganhar capilaridade, enraizamento, continuidade local. Isso exige instituições intermédias fortes, redes de programação estáveis, circulação de criadores, valorização do associativismo, apoio às estruturas implantadas no terreno e uma aliança inteligente entre poder central, autarquias, escolas, misericórdias, fundações, universidades e comunidades locais. Descentralizar não é espalhar espetáculos para cumprir mapa.

Mas a cultura não se esgota no presente. Há uma política do tempo de futuro que Portugal precisa de recuperar. Uma direita sem memória deixa de ser direita; uma democracia sem continuidade deixa de saber o que defende. A cultura exige permanência, e a permanência exige instituições que resistam à frivolidade dos ciclos curtos. Bibliotecas, arquivos, museus, monumentos, centros históricos, coleções, espólios, tradições, repertórios, festas, práticas locais, arte sacra, património vernacular, língua e literatura não são detritos sentimentais de um passado imóvel. São os fios de transmissão que impedem uma comunidade de cair na amnésia.

No CDS defendemos que defender o património é um ato de responsabilidade nacional. Quem destrói os sinais da continuidade histórica destrói também a gramática da pertença. Portugal não precisa de escolher entre criação e conservação, entre vanguarda e herança, entre contemporaneidade e memória. Precisa, isso sim, de libertar a cultura dessa falsa alternativa. Uma política madura apoia os criadores vivos e protege o legado recebido; incentiva a inovação sem cultivar o desprezo pelo que nos precede; acolhe novas linguagens sem cortar as raízes que tornam uma cultura reconhecível.

Tudo isto obriga também a rever o modo como o poder público se relaciona com o sector cultural. Nem dirigismo, nem abandono. Nem estatização da criação, nem indiferença liberal mal-entendida. O papel do Estado é garantir regras claras, concursos transparentes, escrutínio dos critérios, independência das decisões, estabilidade suficiente para projetos com mérito e uma política fiscal e institucional que favoreça o aparecimento de públicos, mecenas, mercados, circulação e sustentabilidade. O apoio público é legítimo quando corrige desigualdades de acesso, protege bens insubstituíveis, promove excelência e cria condições para a liberdade. Torna-se ilegítimo quando perpetua clientelas, recompõe dependências ou substitui o juízo dos cidadãos pelo arbítrio dos intermediários.

### 3.4. NA EDUCAÇÃO

Num mundo que assiste a rápidas mudanças sociais, tecnológicas e culturais, a Educação exige uma direção clara, sustentada pelo rigor científico e centrada no que é essencial: o conhecimento, a cultura e os valores humanistas. Em matéria de Educação, o compromisso do CDS-PP passa por elevar o nível de exigência e clareza do currículo, adaptando-o e preparando-o para o futuro, incluindo o digital.

Esta ambição concretiza-se através de uma atualização profunda dos conteúdos programáticos, dotando-os da robustez necessária para responder aos novos paradigmas da era digital e à integração crescente da Inteligência Artificial nos processos de aprendizagem.

Simultaneamente, o CDS-PP propõe uma reforma estrutural na organização dos ciclos de ensino e na revisão da matriz curricular, com o objetivo de alinhar o sistema educativo português com as mais avançadas tendências e padrões internacionais, garantindo uma progressão pedagógica mais coerente e fluida. Assim, o que esta reorganização visa assegurar é que a escola não só transmita conhecimento técnico, como também promova o desenvolvimento

pleno, integral e equilibrado das crianças e jovens, preparando-os para os desafios complexos de uma sociedade em constante mutação.

Para um partido democrata-cristão, é fundamental assegurar a equidade educativa através de uma rede de respostas abrangente que viabilize o acesso universal à Educação. Este compromisso garante que todas as crianças e jovens beneficiam de uma efetiva igualdade de oportunidades. Nesse contexto, os colégios de educação especial assumem-se como parceiros estratégicos e extensões subsidiárias da rede pública, intervindo sempre que o ensino regular careça das respostas especializadas exigidas pelas necessidades específicas de cada aluno

Neste sentido, procuramos dar o nosso contributo para elevar o desempenho dos estudantes portugueses para níveis acima da média da OCDE, assumindo como prioridade absoluta a mitigação das desigualdades e o sucesso dos alunos em contextos de maior vulnerabilidade, deixando de lado os resultados do PISA 2022, que mostraram a pior queda desde 2006, especialmente a Matemática.

Por outro lado, queremos impedir o regresso das amarras ideológicas na Educação, lançadas pelos governos socialistas. Apoiamos o trabalho já iniciado pelo atual Governo da AD, que expurgou da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento as temáticas relativamente às quais a sociedade se mostrava profundamente dividida.

Para o CDS-PP, os alunos devem realizar aprendizagens que os habilitem para uma participação cívica plural e responsável na construção de cada um como cidadão, assim como de sociedades mais justas e inclusivas, e da defesa dos Direitos Humanos.

Às escolas deve ser dada autonomia e liberdade para definirem a operacionalização da disciplina, sendo nosso entendimento que a educação para a cidadania tem de ser um pilar de promoção da democracia e da coesão cívica, focada na dignidade humana e na erradicação de comportamentos discriminatórios e assegurando que o recinto escolar se mantenha um ambiente seguro e alinhado com a sua missão formativa

A política migratória e de portas abertas dos anteriores governos socialistas resultou num aumento exponencial da população escolar imigrante, que ascende agora a mais de 140 mil alunos. Este crescimento, que atingiu os 160% entre os anos letivos de 2018/2019 e 2023/2024, exige hoje uma resposta estruturada do sistema educativo.

É preciso reforçar os mecanismos de apoio para garantir que esta integração seja bem-sucedida e que a Escola Pública responda eficazmente à nova realidade demográfica.

Propomos também a consolidação da trajetória do reforço da valorização do ensino profissional e a expansão da rede de Centros Tecnológicos Especializados (CTE) a todo o território nacional. Esta aposta visa dotar as escolas de infraestruturas de vanguarda, assegurando que todos os alunos, independentemente da sua localização, tenham acesso a uma formação técnica de excelência alinhada com as exigências do mercado.

Não esquecemos a educação para a primeira infância, que marca o início do desenvolvimento das crianças e do percurso de aprendizagem ao longo da vida. Atuando em parceria direta com as famílias, o seu foco deve ser o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as para serem cidadãos autónomos, conscientes e solidários.

Defendemos a integração da faixa etária dos 0 aos 3 anos no sistema educativo tutelado pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), mantendo a tutela administrativa no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS). Quanto ao pré-escolar, para o CDS-PP, o objetivo deve passar, no futuro, pelo acesso universal, não só alargando a oferta pública, aumentando a capacidade da oferta existente no Estado, como também contratualizando com o sector social, particular e cooperativo.

O CDS-PP está empenhado em continuar a contribuir para a reforma que o atual Governo da AD já colocou em marcha, devolvendo à Escola Pública a estabilidade e o prestígio necessários. O nosso foco é substituir a incerteza pelo diálogo e pelo rigor, garantindo que o ensino se mantém como o principal alicerce do futuro dos nossos jovens.

## 4.

# O DESAFIO DA REVOLUÇÃO DIGITAL

## UMA VISÃO DEMOCRATA-CRISTÃ

A revolução digital que estamos a viver constitui uma das mais profundas transformações económicas, sociais e culturais da história contemporânea. A forma como produzimos, trabalhamos, aprendemos, comunicamos e tomamos decisões está a ser reconfigurada por tecnologias que evoluem a uma velocidade sem precedentes. Esta transformação não é neutra. Transporta consigo oportunidades extraordinárias, mas também riscos reais de fragmentação social, perda de autonomia, concentração de poder e erosão de valores fundamentais.

Para um partido de matriz democrata-cristã, a resposta a esta revolução não pode ser nem de rejeição nem de entrega acrítica. Para o CDS-PP, a resposta tem de passar por assumir a centralidade das pessoas, devendo estar assente na valorização do trabalho, na coesão social e na responsabilidade das instituições. A tecnologia deve servir o homem, e não o contrário. Tendo o Estado, neste contexto, um papel insubstituível, é essencial criar condições para que a revolução digital seja um fator de liberdade, prosperidade e dignidade, e não de exclusão ou dependência.

A primeira prioridade de qualquer política pública séria nesta matéria é a qualificação das pessoas. A revolução digital não é apenas uma mudança tecnológica. É uma mudança estrutural na natureza das competências exigidas. Assim, como referido anteriormente, o modelo tradicional de educação, centrado na transmissão de conhecimento estático, revela-se insuficiente perante um mundo em que o conhecimento se torna rapidamente obsoleto.

É imperativo reformar o sistema educativo em todos os seus níveis. No ensino básico e secundário, deve ser reforçada a literacia digital, não apenas como domínio técnico, mas como capacidade crítica. Saber utilizar ferramentas não basta. É necessário compreender como funcionam, quais os seus limites, que interesses incorporam e que impactos produzem. A educação deve formar

cidadãos capazes de pensar, de questionar e de decidir num ambiente digital complexo.

A revolução digital tem o potencial de aprofundar desigualdades existentes. A exclusão digital não é apenas uma questão de acesso a infraestruturas. É uma questão de capacidade de utilização e de compreensão.

No CDS-PP propomos que o Estado assuma como prioridade a promoção de uma verdadeira literacia digital transversal à sociedade, que inclua programas dirigidos a populações mais vulneráveis, como idosos, pessoas com menores qualificações ou residentes em territórios de baixa densidade.

Por outro lado, transformando a digitalização o mercado de trabalho, de forma profunda, é necessária uma resposta equilibrada, que proteja os trabalhadores sem bloquear a inovação.

Neste sentido, o CDS-PP deve, para futuro, fomentar um quadro regulatório que assegure condições de trabalho dignas, mesmo em contextos de novas formas de prestação de trabalho, como plataformas digitais ou modelos híbridos sem pôr em causa aquele equilíbrio

A prosperidade associada à revolução digital depende da capacidade de criar e escalar empresas inovadoras. O papel do Estado não é substituir-se ao mercado, mas criar um ambiente favorável ao investimento, à experimentação e ao crescimento.

Isto implica simplificar processos administrativos, reduzir barreiras à criação de empresas, promover o acesso a financiamento e incentivar a ligação entre universidades, centros de investigação e tecido empresarial. A política pública deve privilegiar a criação de ecossistemas, e não a escolha de "campeões".

A contratação pública pode desempenhar um papel relevante como instrumento de estímulo à inovação, desde que orientada por critérios de eficiência e qualidade. O Estado deve também promover a atração e retenção de talento, criando condições para que profissionais qualificados escolham Portugal como lugar para viver e trabalhar.

Por outro, a revolução digital levanta questões centrais de soberania às quais um Partido como o nosso não pode ser indiferente. A dependência de infraestruturas, plataformas e tecnologias controladas por um número reduzido de grandes atores globais coloca desafios à autonomia dos Estados e à proteção dos seus cidadãos.

Um partido democrata-cristão deve afirmar com clareza a necessidade de uma estratégia de soberania digital. Isto não significa isolamento ou protecionismo. Significa capacidade de escolha, controlo sobre infraestruturas críticas e defesa de valores próprios.

Defendemos a promoção de desenvolvimento de capacidades nacionais e europeias em áreas estratégicas, como computação, dados, cibersegurança e inteligência artificial. Deve-se também assegurar que o uso de tecnologias por parte da administração pública respeita princípios de transparência, segurança e controlo democrático.

Por fim, face aos desafios éticos profundos que a revolução digital coloca o Estado deve assegurar que a utilização de inteligência artificial em decisões que afetam a vida das pessoas é feita com transparência, responsabilidade e mecanismos de controlo.

## 5. REVER A CONSTITUIÇÃO

### UMA CONSTITUIÇÃO PARA O TEMPO DE FUTURO

No aniversário dos cinquenta anos da aprovação da Constituição de 1976, e decorrido meio século de um dos atos de fundadores e de afirmação do CDS, importa homenagear os dezasseis deputados que tiveram a coragem, a perspicácia e a inteligência de votarem contra uma Constituição que, podendo até obter o consenso possível numa altura de todos os radicalismos, não servia os interesses do País, fator primeiro da ação do CDS.

Este ato, para além de revelador de um Partido que tem as prioridades bem hierarquizadas, é também consequência de uma atitude, ontem como hoje, distintiva da nossa ação política do - a moderação. Após quase cinquenta anos de Estado Novo e de uma Constituição, a de 1933, que limitava os Direitos, Liberdades e Garantias através de uma clausula geral limitativa em nome da ordem pública e da unidade do Estado, os portugueses tinham a aspiração, e o direito, de ter uma lei

fundamental que a todos representasse, desprovida de preconceitos ideológicos, capaz de modernizar e desenvolver o País e incluir Portugal no projeto europeu que então florescia. Não foi essa a opção escolhida, e a suceder uma Constituição de inspiração nacionalista e corporativista, fez-se aprovar uma Constituição estatizante que propugnava o caminho para o socialismo como modelo a seguir ao mesmo tempo que declarava o Estado de Direito Democrático o que, como sempre o CDS soube, denunciou e lutou, é uma contradição insanável nos seus termos pois não se vislumbram exemplos de modelos socialistas que defendessem ou protegessem as liberdades individuais, uma economia aberta ou um Estado Social capaz de acudir aos mais vulneráveis. Foi, também, contra esta contradição que os dezasseis deputados do CDS votaram contra, definindo assim a identidade de um partido personalista, adversário do socialismo e profundamente tributário da liberdade. Por outro lado, e ainda, com este voto, o CDS prestou ainda um enorme serviço à democracia, porque não só concretizou a possibilidade de uma alternativa política, e a democracia exige oposição, como mostrou uma alternativa moderada, centrista e europeísta que rejeitava uma Constituição que se propunha a coletivizar a economia, permitir uma tutela militar sobre a natureza civilista do regime e tomar um rumo que a maioria das democracias ocidentais rejeitava. Num contexto exigente, houve um partido político que optou por não seguir a corrente dominante por fidelidade a um conjunto de princípios e, assim, a decisão de votar contra a Constituição de 1976 foi, nesse sentido, também um ato de responsabilidade.

É verdade que a Constituição de 1976, como todas, tem o seu contexto e que julgar a história com base nos valores presentes é uma injustiça que não se pretende cometer nesta moção, mas o CDS, partido virado para o futuro, não pode também deixar de assinalar e prestar homenagem à sua história que muito nos orgulha. Recordar este facto é, também, preparar o futuro para que os mesmos erros não se repitam, porque a história, e o povo, deram sempre razão ao CDS em cada uma das sete revisões da Constituição de 1976 pois, em todas elas, o país afastou-se do "caminho para o socialismo". Foi assim particularmente em 1982 com a criação do Tribunal Constitucional e a extinção do Conselho da Revolução, que libertou a democracia de tutela político-militar e abriu caminho à nossa adesão à União Europeia. Foi também assim em 1989 com o fim das nacionalizações irreversíveis e da Reforma Agrária de má memória que libertou a economia dos seus complexos coletivistas, permitindo o desenvolvimento económico do país. E foi também assim que em 1992 e 1997 o País se aproximou dos critérios dos Tratados Europeus, reforçou as formas de participação popular nos processos legislativos e eleitorais e que foram aprofundadas nas revisões ocorridas já neste século.

Mas, se a cada revisão a Constituição melhorou face à sua redação original, é justo sublinhar que cada uma delas manteve os méritos indiscutíveis que aquela evidenciava.

Manteve a dignidade da pessoa humana como matriz do Estado de Direito Democrático; a inviolabilidade da vida humana na orgulhosa tradição de um país pioneiro na abolição da pena de morte ou a definição de um sistema semipresidencialista baseado na proporcionalidade e na interdependência de poderes, que garante um parlamento efetivamente plural e um sistema de vigilância mútua entre os órgãos de soberania que reforça as garantias de democraticidade e o consenso como método de decisão preferencial.

Aqui chegados, à dita "meia-idade", é possível, pelo menos desejável, refletir sobre ela de forma descomplexada e procurar caminhos para a melhorar, sem esquecer o que de positivo ela contém. O CDS encara a revisão constitucional que se anuncia com a naturalidade serena de quem sempre esteve do lado certo. É a própria Constituição de 1976 que prevê essa revisão. Mais, confere o poder-dever aos representantes do povo, enquanto fonte de soberania, de, ordinariamente e a cada quinquénio, refletir acerca da atualidade do dito contrato social entre representantes e representados. Por isso, mesmo, o CDS deve participar no processo de revisão constitucional sem a euforia de quem pensa, ou diz que pensa, que tudo vai resolver; a ingenuidade de quem acredita, ou finge que acredita, que irá mudar as traves-mestras do sistema político e económico ou, muito menos, o populismo de quem vê uma oportunidade, ou oportunismo, para mais uns minutos de televisão, uns "posts" ou "tweets" em redes sociais, prometendo o que uma revisão constitucional não pode dar ou propondo o que, sabemos todos, não pode prometer. Não, o CDS encara esta revisão constitucional não como um drama ou uma ameaça, mas como uma oportunidade. Oportunidade de melhorar o caminho realizado, inverter os erros cometidos e melhorar o que de bem esta Constituição tem permitido e servirá o país com coragem, sem extremismos, aproveitando a oportunidade de melhorar a nossa Constituição sem procurar satisfazer agendas partidárias, problemas e percepções de momento ou de contexto. Participaremos, ativamente e com determinação, mas procurando o equilíbrio que sempre nos deu razão, conscientes que num sistema democrático saudável, a maioria governa, mas a minoria também constrói.

Num tempo em que o ruído político muitas vezes substitui o debate sério, importa recordar que a democracia exige compromisso e que o mundo de hoje, complexo, imprevisível e perigoso assim o exige.

É neste quadro que o CDS deve participar com novas e menos novas propostas. Começando pelo princípio, a primeira reflexão a fazer é se queremos continuar a adiar a aspiração antiga de ter a uma lei fundamental que represente todos, sem uma orientação ideológica que torne o país cativo de um dado momento histórico. Quanto a esta opção, não hesitaremos: defenderemos que a Lei fundamental deve ser um documento ideologicamente neutro, representativo de todas as sensibilidades e capaz a congregar e não desunir. Proporemos a revogação/revisão do preâmbulo da Constituição, obviamente!

A Constituição foi feita para os portugueses, não foram os portugueses que foram feitos para a Constituição.

Retomaremos propostas de sempre, que se mantêm atuais, como, e por exemplo, a modernização da parte económica da Constituição, retirando-lhe toda a carga ideológica que permanece e eliminando referências vetustas como à planificação, à eliminação dos latifúndios ou a autogestão, assumindo um modelo social que, ao lado da consagração dos direitos, faça uma referência aos correspondentes deveres; que inclua na parte relativa aos Direitos Fundamentais, o direito de iniciativa económica e faça regressar, de onde nunca devia ter saído, o direito à propriedade privada aos Direitos, Liberdades e Garantias. Abriremos ainda caminho à consagração de um mecanismo próximo de um direito de amparo que proteja diretamente os cidadãos da violação dos seus direitos, à semelhança de outros sistemas constitucionais bem próximos do nosso. Na parte fiscal, proporemos um limite ao endividamento do Estado, pelo menos, sem o consentimento prévio do órgão parlamentar, ou um limite à carga fiscal. Na parte social, consagraremos o direito ao trabalho dos não aderentes no direito à greve como um direito constitucionalmente protegido, bem como o reforço da independência das associações sindicais e de empregadores e a consagração constitucional de um verdadeiro sistema nacional de saúde, mantendo a referência ao serviço nacional de saúde; na educação que consagre a autonomia das escolas no plano de ensino e a autoridade dos professores como valores constitucionais a proteger.

Na parte política, que permitiu em cinquenta anos de democracia as mais variadas maiorias e soluções governativas, seremos cirúrgicos nas propostas de alteração e tendo em vista apenas melhorar um sistema que deu provas. Proporemos a redução de prazos eleitorais que, para além de desnecessários no mundo digital em que vivemos, dilatam em demasia o tempo necessário para a mudança de ciclo político, ou ponderaremos o reforço dos poderes de nomeação presidencial, designadamente na área da justiça, bem como a alteração da atual composição e competências dos Conselhos Superiores.

A juntar a estas propostas, promoveremos o debate interno para a apresentação de novas propostas, sob a coordenação do Grupo Parlamentar, mas com um envolvimento muito próximo dos órgãos regionais e distritais do Partido, da Federação dos Trabalhadores Democratas Cristãos e, sobretudo, da Juventude Popular pois é no futuro que o CDS deve focar-se. Nomearemos um grupo de trabalho coordenado pelo Grupo Parlamentar para que nos próximos meses possa recolher estes contributos e organizar um conjunto de conferências e audições com especialistas das mais variadas áreas, concordantes e discordantes com a nossa, aberto à sociedade civil, à academia e às instituições sociais, de forma a puder apresentar propostas que sejam realmente representativas do povo e aglutinadoras de todos os setores.

Em suma, nesta revisão constitucional, o CDS participará com o entusiasmo, a coragem, mas também a moderação de sempre para que, como sempre, a oitava revisão da Constituição de 1976 continue a dar-lhe a razão de sempre.

## 6.

# TEMPO DE FUTURO NO GOVERNO

Depois de atravessar, graças ao esforço e à dedicação dos que nunca desistiram, um dos momentos mais exigentes da sua história, o CDS é, desde abril de 2024, parte do Governo da República, integrando os 24º e 25º Governos Constitucionais.

Os Governos da AD tiveram, numa primeira fase de governação, que recuperar a confiança dos portugueses perdida ao cabo de mais de 8 anos de governação socialista e recuperar, também, a paz social, dando confiança a diversos setores profissionais, como foi o caso dos professores, dos polícias, dos militares e dos profissionais das áreas da saúde ou da justiça. Mudar o rumo de políticas erradas, como a política de migrações do PS, ou reduzir impostos que estavam em máximos para os trazer para mínimos. Opções que eram condição para, de seguida, poder lançar reformas essenciais para país. Fizemo-lo em circunstâncias particularmente difíceis face ao radicalismo das oposições à esquerda e à direita que se juntaram para forçar eleições que só confirmam, de resto, o apoio maioritário ao rumo traçado. Enfrentámos, ainda, circunstâncias extremas como foram os incêndios do passado verão ou as tempestades deste inverno, a que o país está a responder com soluções inéditas e medidas inovadoras. Ao cabo de 2 anos o país está melhor.

Sem prejuízo de acompanharmos as reformas e mudanças estruturais que o Governo da AD tem desenvolvido em setores como a Saúde ou na Justiça e, designadamente, no combate à fraude e corrupção, faz sentido abordarmos com especial atenção as pastas que nos estão confiadas e o trabalho que queremos desenvolver.

No Governo, o CDS assume plenamente as responsabilidades que exerce e a solidariedade relativamente às outras áreas governativas, agindo com lealdade, espírito de colaboração e institucionalismo

Para um partido patriótico e soberanista, as pastas de soberania são sempre da maior importância. É, por isso, motivo de orgulho que o Ministro da Defesa seja o atual líder do partido, tendo ainda 2 dos seus vice-presidentes como Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional e como Secretário de Estado da Administração Interna. O trabalho que estamos a desenvolver no Governo será, seguramente, fator de credibilidade para o CDS no tempo de futuro.

## 6.1. NA DEFESA: HONRAR O PASSADO, RESPONDER AO PRESENTE, PREPARAR O FUTURO

A Defesa Nacional é uma área de Soberania fundamental, que o CDS-PP sempre reconheceu e a qual sempre colocou nas suas prioridades.

Nas Forças Armadas encontramos o vínculo perfeito entre o Estado e a Nação, o país e a sua memória, a comunidade e a sua continuidade histórica.

O mundo está mais perigoso e vivemos momentos de grande incerteza e imprevisibilidade no plano geopolítico.

A guerra na Ucrânia iniciada pela Rússia persiste e internacionalizou-se, a situação política e militar no Médio Oriente agravou-se com impactos na economia global, a China confirma-se como potência global, os Estados Unidos têm parte substancial da atenção estratégica centrada no Indo-Pacífico, a consistência das relações transatlânticas sofreu abalos e organizações clássicas de Segurança estão hoje mais fracas, enquanto pretensões ressuscitadas de domínio ameaçam a estabilidade global.

Quando assim sucede, a Ordem estabelecida em consensos saídos do fim da II Guerra Mundial alterou-se drasticamente, investir no Pilar Europeu de Defesa da NATO e nas Forças Armadas, é um ativo de lucidez, mas a pensar na Paz e não na Guerra.

É o que estamos a fazer em Portugal, com o CDS no Governo, tutelando a Defesa Nacional.

A Nato confirmou no início do ano que Portugal atingiu 2% do PIB em defesa, contribuindo para a segurança coletiva dos aliados, tendo mesmo sido Portugal um dos países que mais aumentou o seu investimento. De 2023 para 2024, com o atual Governo, Portugal já tinha crescido de 1,34% para 1,58%, alcançando agora a meta de 2% do PIB, o que constitui o um aumento superior a 30%.

Este crescimento consolidou-se abrangendo os 5 domínios, terra, mar, ar, espaço e ciberespaço, como, a título de exemplo, se pode citar a Constelação do Atlântico, elogiada, inclusive, pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von Der Leyen.

Foram assim, finalmente, honrados compromissos assumidos por Portugal na Cimeira de Gales em 2014, em linha também com as garantias dadas no âmbito da NATO, na Cimeira de Haia de 2025, mas nunca cumpridos pelos anteriores Governos liderados pelo Partido Socialista.

Quando o CDS assumiu a pasta da Defesa Nacional, no Governo da AD em 2024, encontrou na queda persistente dos números de recrutamento nas Forças Armadas desde 2015, um motivo de grande preocupação, que exigia medidas urgentes. Sem militares, o cumprimento das missões de natureza militar e de apoio à população civil, dentro e fora de fronteiras, fica prejudicado e em alguns casos as Forças Armadas encontravam-se no limite da operacionalidade.

No 3.º Trimestre de 2015 o número de militares era de cerca de 29.978, sendo de 22.977 no final do 2.º Trimestre de 2024, ou seja, menos 7000 militares, o que significa que a herança socialista foi uma diminuição de 23% do efetivo militar.

Houve por isso que decidir medidas corajosas, mas urgentes, no plano salarial, na atualização e aprovação de novos suplementos, na criação de novas ofertas habitacionais, investindo-se na saúde militar e no apoio social, modernizando também equipamentos e infraestruturas.

Começamos pelas pessoas, aumentando o quadro retributivo dos Militares, criando mecanismos de apoio em caso de incapacidade ou morte em serviço, convertendo edifícios devolutos em habitações para os militares e suas famílias, investindo na saúde militar e na proteção social e realizando a maior modernização conjugada de equipamentos nos 3 Ramos das Forças Armadas em democracia, desde logo através da mobilização de 5,8 mil milhões de Euros do programa europeu SAFE, mas não só.

A acompanhar estas medidas, nota-se uma inversão na tendência decrescente de entradas e de manutenção de militares nos 3 Ramos. Se, em Portugal, nas últimas décadas, a tendência era a diminuição de número de

efetivos, atualmente, verifica-se que a tendência inverteu, com a curva a começar a subir.

E, realmente, facto é que a partir do final de 2024, foi possível inverter aquela tendência. Hoje são mais os militares que entram nas Forças Armadas, do que os que saem, o que traduz uma importante vitória.

Aliás, os portugueses têm hoje uma noção muito mais clara da importância das Forças Armadas nas múltiplas Missões de apoio à população civil. Também por isso, muitos dos equipamentos que adquirimos são pensados numa perspetiva de duplo uso, militar e civil.

Os nossos Militares são cada vez mais uma componente essencial no apoio às populações civis. É assim na prevenção e combate a incêndios, na emergência médica, no transporte de órgãos que salvam vidas, nas ações de busca e salvamento, no auxílio, no combate à criminalidade, nas ações de proximidade em catástrofes e tanto mais.

A título de exemplo, as Forças Armadas e os Militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea foram essenciais durante as recentes intempéries que juntaram cheias, a ventos ciclónicos.

Desobstruíram vias, forneceram energia e comunicações, garantiram alimentação e alojamentos, repararam telhados e coberturas, fizeram acompanhamentos de proximidade, estiveram do lado de pessoas, particularmente das mais idosas, que ficaram isoladas, de dia e de noite. Foram extraordinários. Em nome de Portugal, muito obrigado.

Mas a relevância e o prestígio dos nossos Militares não se cingem aquém-fronteiras. Portugal integra contingentes militares em vários teatros de operações, que vão desde a Roménia, à República Centro Africana, fazendo parte de missões ao abrigo da NATO, da ONU, ou da EU, ou ainda em cooperação bilateral ou no âmbito da CPLP. Em todos estes países os nossos Militares são autênticos embaixadores de Portugal, contribuindo muito para o prestígio internacional que o nosso país alcança.

Não esqueçamos, nem podíamos esquecer, os Antigos Combatentes, Militares que serviram a Pátria, honraram a Bandeira e são autênticos heróis nacionais. Pelo que são e pelo que fizeram, os Combatentes de Portugal devem ser recordados, honrados e apoiados, nunca escondidos, nem desconsiderados.

Atualmente, dignificando e respeitando a sua condição, os antigos combatentes reformados têm direito a comparticipação dos medicamentos a 100%. Têm acesso ao Hospital das Forças Armadas os Antigos Combatentes

inscritos na Liga dos Combatentes. Foram medidas tomadas pelo atual Governo e que eram esperadas há muitas décadas.

Igualmente os Deficientes das Forças Armadas mereceram uma atenção especial e justa. Os processos de qualificação como Deficiente das Forças Armadas, desde o momento em que dava entrada nos Ramos das Forças Armadas, passando pela recolha do Parecer do Ministério Público, até à decisão proferida pela Direção-Geral, passavam 5, 6 ou 7 anos. Esta demora era inaceitável e injusta. O Ministério da Defesa constituiu uma Task Force e grande parte destes processos pendentes já estão terminados.

Este é um caminho que devemos, queremos, e vamos continuar.

Importa, pois, manter no foco no que importa como desafios futuros.

Continuar a valorização dos militares é uma constante que tem de ser mantida, para que a evolução positiva no que concerne à entrada e manutenção de militares nas Forças Armadas se mantenha como uma realidade, bem como, importa estudar e promover novas formas de aproximação dos jovens às Forças Armadas, nomeadamente:

- Um novo modelo de Serviço Militar Voluntário, que permita aos jovens, que o desejem, uma experiência equivalente a, pelo menos, o tempo de uma recruta;
- Um sistema de acesso de jovens recém-licenciados a programas de estágio nas Forças Armadas;
- Programas de formação de jovens em projetos protocolados com as Forças Armadas, para aprendizagem de valores intrínsecos da Instituição Militar.

Também importa que se dê continuidade ao maior investimento já feito em democracia em equipamento militar, aproveitando a revisão da LPM para modernizar e adquirir novos equipamentos militares, que abranjam os atuais 5 domínios, terra, mar, ar, espaço e ciberespaço.

Igualmente importa continuar o investimento no património das Forças Armadas, de forma a recuperar imóveis que estão atualmente degradados, aproveitando alguns para o turismo histórico-militar, fazendo a ponte entre o nosso passado, que muito nos honra, e garantir a manutenção do mesmo para as gerações futuras.

Importa, ainda continuar a reconhecer e a dignificar os Antigos Combatentes e os Deficientes das Forças Armadas, pois são heróis que serviram a Pátria, pela qual juraram morrer se necessário fosse.

Importa, da mesma forma, continuar a colocar as indústrias de defesa num papel determinante na modernização das Forças Armadas e no robustecimento da economia, devendo o Governo continuar a promover um ambiente de captação de investimento e a fomentar o nosso tecido empresarial, gerando emprego qualificado e incentivando a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

Importa, por último, continuar o investimento em Defesa para que se cumpra o objetivo de 5% do PIB até 2035, das quais 3,5% em despesas diretas de defesa e 1,5% em áreas de duplo uso, contribuindo para a segurança coletiva dos aliados e para o prestígio externo do país.

## 6.2. NA ADMINISTRAÇÃO INTERNA: DIGNIFICAR QUEM NOS PROTEGE PARA GARANTIR MAIS POLICIAMENTO, COM MAIOR PROXIMIDADE

Ao longo da sua história, o CDS afirmou sempre uma visão clara e coerente: a segurança é um direito constitucional e uma garantia essencial do gozo pleno dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, não havendo liberdade se não houver segurança. O Continuaremos, por isso, a reafirmar aquilo que sempre defendemos: o nosso compromisso inabalável com as Forças de Segurança, enquanto defensores da legalidade democrática, dos direitos dos cidadãos, da proteção de pessoas e bens e enquanto representantes da autoridade do Estado.

Vivemos tempos exigentes, com novos desafios e ameaças em constante mutação: criminalidade transnacional, cibercriminalidade, fenómenos de violência urbano, criminalidade grupal e juvenil, bem como a recrudescência do tráfico de droga ou as redes de imigração ilegal. Perante isto, a resposta do Estado tem de ser firme.

O Governo, e em especial a equipa governativa da Administração Interna que o CDS tem orgulho de integrar, tem o objetivo claro de reforçar o policiamento de proximidade e de visibilidade; de reforçar o combate ao tráfico de estupefacientes e dos fenómenos criminais a este associados; de prosseguir a reorganização do dispositivo policial; mas também de combate ao flagelo da violência doméstica, ou de reforço da presença no espaço rural, procurando mitigar o risco de crimes da atividade rural. O Governo está, também, a trabalhar para, de forma inovadora, enfrentar com redobrados esforços os incêndios rurais ou o drama da sinistralidade rodoviária.

A segurança não é só um direito fundamental, mas também um ativo estratégico para Portugal. Ninguém escolhe o nosso País para viver, investir, visitar ou estudar se não formos um País seguro. Assim, no CDS defendemos que a despesa com a segurança deve ser encarada pelo Estado – central, mas também local – não como um custo, mas sim como um investimento que traz dividendos não só ao nível da atratividade e competitividade, mas, acima de tudo, na qualidade de vida das populações.

Para o CDS, assumir a segurança como uma prioridade, implicou, desde logo, uma aposta na valorização das carreiras dos homens e mulheres que todos os dias envergam a farda ao serviço dos portugueses, muitas vezes com risco da própria vida. Nesse sentido, no Governo, contribuímos ativamente para alcançar o acordo sindicatos e associações socioprofissionais mais representativos, que, por um lado, assegurou o maior aumento de sempre das Forças de Segurança e, por outro, permitiu pôr termo a um descontentamento generalizado que se fazia sentir nas ruas. Este momento, foi também um claro sinal de reconhecimento e valorização destes profissionais.

Não se esgotando a dignificação nesta dimensão, o Governo propôs e o Parlamento aprovou uma proposta de sempre do CDS para proteger quem nos protege: o aumento das penas para quem agride elementos das forças de segurança. O reforço da autoridade das Forças de Segurança, além de um fator de valorização da atividade, traz consigo o reforço da segurança dos portugueses.

Este compromisso exige também, no âmbito das matérias que o CDS acompanha mais diretamente em função do que nos foi expressamente confiado, um trabalho contínuo no âmbito da execução do quadro plurianual de investimentos nas forças de segurança, isto é, do Decreto-Lei de Programação. Fruto do trabalho que até aqui desenvolvemos, conseguimos melhorar significativamente o investimento em infraestruturas e equipamentos – mais do que duplicando a taxa de execução que herdámos – e fazer avançar um conjunto de intervenções em postos e esquadras que, de outra forma, dificilmente seriam concluídas.

Apesar de, em 2026, se perspetivar a melhor taxa de sempre na execução, não nos podemos conformar com o anúncio de medidas, com enunciar a verba que o Estado atribuí para investimentos em mais meios para as Forças de Segurança ou com a simples repetição de modelos de gestão e de execução que se manifestaram insuficientes.

É necessária uma verdadeira mudança de paradigma, é necessário mais planeamento estratégico, com uma política de investimentos exigente e orientada para os resultados.

Assim, a modernização dos meios e equipamentos das Forças de Segurança deve ser uma prioridade inequívoca em todos os Governos que o CDS integre, não sendo aceitável continuar a exigir os elevados níveis de brio e profissionalismo que elementos da GNR e da PSP demonstram sem assegurar infraestruturas condignas e equipamentos adequados.

A utilização de *bodycams*, cuja primeira proposta no Parlamento foi apresentada pelo CDS-PP, constitui um passo relevante nessa modernização. Estamos a trabalhar, também, para a aquisição de dispositivos elétricos de imobilização, que resultam – como deve ser sempre no âmbito de qualquer investimento desta natureza – da auscultação das próprias Forças de Segurança, procurando uma resposta com uma potencialidade letal bastante inferior.

Por outro lado, e sem prescindir do fator humano nas ruas, cremos verdadeiramente na importância de apostar na utilização de meios complementares à atividade policial, fomentando, cada vez mais, o uso de videovigilância e das novas tecnologias – como a inteligência artificial alarmística e preditiva – no quotidiano. No período dos XXIV e XXV Governos, autorizamos mais 30% das câmaras atualmente autorizadas para todo o território. Assim, estamos empenhados em fazer avançar mais sistemas de videovigilância, enquanto instrumento importante na prevenção da criminalidade, sendo um fator dissuasor, bem como um apoio à investigação e à resolução de crimes.

Por fim, no âmbito das nossa fronteiras, o CDS-PP defende aquilo que sempre defendeu: rigor na entrada e humanismo na integração. Após a extinção do SEF, que o CDS sempre criticou, a criação da UNEF (Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras da PSP) por este Governo foi um passo importante para garantir este desígnio, sendo necessárias regras e mecanismos eficazes de quem entra e em Portugal quer permanecer, sendo determinante para esse efeito contarmos com fronteiras seguras. Para isso necessário assegurar os meios adequados para combater a imigração ilegal e, em muitos casos, o tráfico de seres humanos, procurando sempre proteger as vítimas destas práticas criminosas.

# 7.

## UMA FORÇA PARLAMENTAR

### TEMPO DE FUTURO PARA O CDS NO PARLAMENTO

O regresso do CDS-PP ao Parlamento no ano de 2024 ficou inevitavelmente marcado pela instituição da Sessão Solene do 25 de novembro. Foi uma luta antiga que voltou a ganhar vida com este regresso e que foi, finalmente, aprovada, 25 anos depois da primeira proposta com origem no Grupo Parlamentar do CDS.

Mas a verdade é que em todas as áreas e comissões parlamentares, o CDS tem estado presente, apresentando propostas e feito a diferença na vida das pessoas.

O CDS é, desde a sua fundação, o partido com maior aproximação ao sector agrícola e ao mundo rural. Também por isso, o nosso regresso ao Parlamento tem sido marcado pelo permanente diálogo com as associações e confederações representantes do sector, por visitas institucionais ao terreno e pela apresentação de diversas iniciativas, designadamente:

- Incentivo ao investimento no sector leiteiro;
- Medidas adicionais aos agricultores afetados pela tempestade Kristin;
- Defesa dos viticultores da Região Demarcada do Douro;
- Redução do IVA da atividade cinegética;
- Redução do IVA nos bilhetes para espetáculos tauromáquicos;
- Simplificação de procedimentos no PEPAC.

Na área da saúde, procurámos agarrar nas bandeiras que sempre foram nossas e que sempre defendemos: resposta para todos a tempo e horas, recorrendo a toda a capacidade instalada, sem preconceitos ideológicos:

- Estabelecimento de novas Parcerias Público-Privadas na Saúde;

- Reforço das Redes Nacionais de Cuidados Continuados e Cuidados Paliativos e criação da especialidade de medicina paliativa;
- Alargamento dos rastreios para doenças oncológicas e não oncológicas;
- Reforço dos cuidados de saúde a mulheres durante a gravidez, o parto e o pós-parto;
- Criação de um programa prioritário de saúde oral;
- Atribuição de médico de família com prioridade aos grupos mais vulneráveis.

No trabalho e na segurança social, estes dois anos foram marcados pela sensibilidade social que sempre nos caracterizou. Foi graças ao CDS que se resolveram as injustiças relacionadas com o subsídio de assistência a filho, com o subsídio de funeral para menores.

Foi uma conquista muito importante e com um forte impacto na vida destes pais e destas crianças. Não podíamos continuar a ter pais que deixaram tudo para cuidar e acompanhar os seus filhos abandonados pelo Estado e com perdas de rendimentos consideráveis, ou que, por outro lado, depois terem visto os seus filhos partir, e de já terem perdido tanto, não terem direito ao subsídio de funeral apenas e só porque os seus filhos nunca tiveram contribuições para a Segurança Social. Mas não foram vitórias do CDS ou do Governo. Foram vitórias dessas famílias.

Ainda neste âmbito, duplicamos a consignação do IRS de 0,5% para 1% para as IPSS e já propusemos, nesta legislatura, que se aumentasse a consignação para 1,5%. Adicionalmente, fizemos inúmeras iniciativas no âmbito da defesa da família, como a conciliação trabalho-família, benefícios fiscais para as empresas com comportamentos familiarmente responsáveis. Temos tido, ainda, uma forte presença nos debates relacionados com a inclusão das pessoas com deficiência, com vista a cumprir o legado do CDS nesta matéria e a promover a melhoria de vida destas pessoas.

Na educação, tivemos uma das nossas principais prioridades.

A responsabilidade presente sobre as condições de formação e desenvolvimento das novas gerações é um imperativo que exige resposta. O Partido Socialista legou ao Governo da coligação AD um sistema educativo em pé-de-guerra, com instabilidade permanente, violência crescente e greves recorrentes que prejudicaram as aprendizagens dos alunos e o bem-estar de toda a comunidade educativa. A opção socialista de reduzir a exigência e o rigor na

aferição dos conhecimentos, além da opção por reduzir a avaliação externa, teve resultados muito negativos nas aprendizagens, conforme revelado pelo último estudo PISA.

Além disso, e de forma absolutamente perversa, foi por mão do PS, do Bloco de Esquerda, do Livre e do PCP que as crianças e as escolas se tornaram alvos preferenciais para a imposição da ideologia de género, à revelia da vontade das famílias. Por via de métodos que vão do declarado - como os programas curriculares - ao insidioso, como as orientações pedagógicas, guiões e procedimentos circulados de forma opaca pelo sistema educativo, a esquerda e a extrema-esquerda procuraram impor na Educação uma visão ideológica e sectária da natureza e da identidade da pessoa humana.

Por isso, havia muito por fazer. O Governo escolheu a Educação, a Ciência e a Inovação como uma prioridade e, em 2025, esta área governativa foi a primeira bandeira da reforma do Estado. E o Grupo Parlamentar lançou-se ao trabalho.

Propusemos e conseguimos liderar o debate parlamentar sobre o fim dos telemóveis nas escolas, que envolveu uma ampla consulta de entidades na Assembleia da República e a dinamização de um debate público mais alargado sobre esta matéria. Depois de ter entrado em vigor, por ação do Governo, as comunidades educativas - famílias, pais, diretores, professores, auxiliares, técnicos, psicólogos e profissionais de educação - atestam as melhorias na vivência do ambiente escolar.

Defendemos convictamente a liberdade de educação, de ensinar e de aprender. Batemo-nos pela equidade entre o ensino público e o ensino particular e cooperativo. Por um lado, por via do reforço do financiamento por turma e por ano nos contratos estabelecidos com estabelecimentos do ensino particular e cooperativo; por outro, na garantia de igualdade de acesso à ação social escolar para alunos e famílias, independentemente da natureza do estabelecimento educativo.

E, de forma mais incisiva, cumprimos o legado do CDS na defesa da ação insubstituível dos pais sobre a educação dos seus filhos. No Parlamento, liderámos o combate à ideologia de género nas escolas: conseguimos a retirada imediata do inaceitável guião Direito a Ser nas Escolas e a revisão da disciplina de Cidadania para retirar conteúdos vincadamente ideológicos do programa desta disciplina.

Mas a intervenção do Grupo Parlamentar do CDS-PP não se limitou a estes três temas fundamentais.

Apresentamos iniciativas sobre a criminalidade, a violência e a indisciplina em contexto de sala de aula e no meio escolar, que continuam a ser uma realidade

inaceitável e que perturbam a tranquilidade necessária para aprender e para o livre desenvolvimento na infância e na juventude.

Manifestámos a nossa preocupação com o quadro legislativo, as condições e os meios do Ensino Especial e a inclusão de crianças com necessidades educativas específicas na escola. Defendemos que a revisão do Regime Jurídico da Educação Inclusiva, o reforço da formação dada aos professores, terapeutas e profissionais que acompanham estes alunos e também dos meios disponíveis nas escolas e estabelecimentos de ensino, públicos, particulares ou cooperativos, que os recebem.

E na sequência da decisão histórica do Governo PSD/CDS-PP, há muito reclamada pelos professores, de recuperar integralmente o tempo de serviço ao longo da legislatura, afirmámo-nos em defesa da correção das injustiças e ultrapassagens na progressão da carreira que um emaranhado legislativo e regulamentar criado pelo PS provocou entre os profissionais desta classe.

No Ensino Superior, defendemos a grande reforma do Ensino Superior liderada pelo Governo. Participamos na revisão do RJIES, viabilizámos o novo ECIC e acompanhamos a execução do PNAES e a reforma da Ação Social no Ensino Superior apresentada pelo Governo da AD, a verdadeira solução para combater as desigualdades no acesso e frequência do Ensino Superior.

Afirmámo-nos desde o primeiro momento muito favoráveis à reforma da Ciência e Inovação. A criação da AI2 e a reforma do sistema científico e tecnológico nacional vai permitir transformar investigação, desenvolvimento, conhecimento e inovação em criação de riqueza e melhoria das condições de vida para todos os portugueses.

A Educação, Ciência e Inovação é uma das áreas governativas onde o reformismo que marca a coligação AD - PSD/CDS-PP é mais notória. O Grupo Parlamentar continuará a defender esta via reformista no Parlamento e a fazer valer as nossas prioridades: a liberdade de ensinar e de aprender; a valorização do papel da família na educação; a avaliação e o rigor como meio de melhores aprendizagens e aferição do mérito; e a promoção do acesso ao elevador social por excelência por via da ação social direcionada a todas as famílias que dela precisem, consoante os rendimentos e as necessidades.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP considera a proteção, conservação e valorização do Património português um eixo central e indispensável de qualquer política cultural. O património, em todas as suas matizes, é o legado de uma História, de uma cultura e de um povo que cabe às gerações presentes preservar, redescobrir e deixar às gerações futuras. Depois de anos sucessivos de desinvestimento e abandono da valorização patrimonial, tenha sido pelo

economicismo ou pelos complexos ideológicos que marcaram os governos do PS, a intervenção do Grupo Parlamentar do CDS tem-se pautado pela defesa e promoção da valorização do património português em todas as suas vertentes, designadamente no contexto do fim do PRR e das intervenções de preservação, recuperação e restauro que não puderam aceder a estes fundos e não podem, por isso, ser comprometidas.

Em particular, e considerando a sua proximidade, destacamos a iniciativa do CDS na promoção da comemoração dos 900 anos da Batalha de São Mamede, que pretendemos que acompanhem as excelentes iniciativas da sociedade civil, nomeadamente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e do seu ciclo "Portugal - 900 anos", na promoção das comemorações do ciclo da fundação de Portugal.

Em paralelo, defendemos a reforma da Lei do Mecenato em boa hora apresentada pelo Governo. O mecenato é um dos melhores instrumentos de orientação do financiamento da procura para a oferta da criação cultural. Traduz a mobilização da sociedade civil, nomeadamente famílias, particulares, associações, fundações e empresas, para a criação e fomento da iniciativa cultural.

Em especial, a criação de critérios objetivos para a atribuição dos títulos de entidade cultural e a criação do novo instrumento de iniciativa cultural são garantias fundamentais da liberdade, igualdade e imparcialidade entre autores e agentes culturais face aos poderes públicos. Apesar de subsistirem algumas diferenças incompreensíveis na atribuição destes títulos entre o setor público e o setor privado, a revisão da Lei do Mecenato constitui um avanço fundamental no sentido do modelo defendido pelo CDS-PP.

No que toca à RTP, a intervenção do Grupo Parlamentar do CDS-PP incide particularmente nas obrigações de imparcialidade do serviço público oferecido pelo canal público. A Constituição proíbe expressamente a programação filosófica, estética, política, ideológica ou religiosa da cultural. Para o CDS-PP, esta imposição constitucional é uma garantia fundamental de um Estado de Direito Democrático.

Neste domínio, destacam-se duas vertentes. Por um lado, a defesa da inclusão da tauromaquia na programação cultural da RTP. A tauromaquia é, nas suas diversas manifestações, parte da cultura popular portuguesa. A tauromaquia é uma atividade artística e cultural, reconhecida enquanto tal pela legislação nacional. Por isso, defendemos que deve ver reconhecido o estatuto cultural a que pertence esta tradição portuguesa, contra o ativismo animalista e a imposição do gosto preferido por umas supostas luminárias esclarecidas. Afinal, nada impede a RTP de transmitir os espetáculos tauromáquicos como a atividade cultural que

são. Por isso, os espetáculos tauromáquicos devem ser transmitidos no canal público como são todas as outras iniciativas culturais.

Por outro lado, a denúncia política da instrumentalização inaceitável do canal público para a transmissão de programas com carácter vincadamente ideológico. Agravado, ainda para mais, pelo facto de estes conteúdos sectários inaceitáveis serem transmitidos em - ou na forma de - programas direcionados para crianças. A RTP, paga por todos e direcionada para todos, não pode transmitir programas infanto-juvenis desta natureza - deste género -, de natureza manifestamente política, por via da repetição dos postulados de pseudo-teorias sociológicas como as que sustentam a ideologia de género, que são altamente controversas, questionáveis e, acima de tudo, falsas.

Por fim, além dos eixos de intervenção acima referidos, uma das prioridades da intervenção parlamentar do CDS-PP na área da Cultura continuará a ser procurar virar a página do paradigma do apoio indiscriminado à produção cultural para um maior fomento da procura e consumo de iniciativas culturais por parte das famílias portuguesas. Não se justifica ou compreende o uso de recursos públicos de todos para financiar iniciativas que não tenham qualquer procura ou adesão por parte do público. Sem incorrer no economicismo puro ou no contabilista primário, é perfeitamente possível e necessário calibrar a atribuição de financiamento por parte do Estado com o interesse real do público por qualquer iniciativa que esteja a ser criada com o apoio dos seus impostos.

No âmbito da justiça, conseguimos aprovar uma medida que tinha as siglas do CDS há vários anos. Aprovámos a indignidade sucessória das pessoas condenadas pelo crime de violência doméstica, uma medida há muito proposta pelo CDS, que há anos defendemos e que agora conseguimos aprovar. Quem agride não poderá ser herdeiro de quem vitimou.

Está também em vias de aprovação um Projeto de Lei que protege a identidade nacional e a dignidade das instituições sempre que uma bandeira for hasteada num edifício público, estabelecendo regras claras quanto às bandeiras autorizadas.

Encontra-se em discussão em sede de especialidade uma iniciativa do Grupo Parlamentar que tem como principal objetivo proteger as crianças das violentas terapias hormonais e dos bloqueadores de puberdade usados para a mudança de sexo. Estas terapias contrariam a evidência científica atual e ferem de forma grave e irreversível a integridade física e psíquica das crianças.

Já na segurança, ao longo destes dois anos, mantivemo-nos firmes no combate às lojas de fachada, através de várias iniciativas. Recomendamos, ainda, que fossem instalados inibidores de sinal nas prisões portuguesas.

O CDS-PP prima por um Estado rigoroso, com atuação exemplar. Nesse sentido, promoveu iniciativas para que o Estado pagasse a 30 dias, como forma de liderar uma renovação da confiança da economia por via de pagamentos mais céleres e também como forma de a fomentar.

Na dimensão da mobilidade elétrica, o CDS-PP propôs que se seguissem as sugestões da Autoridade da Concorrência, que detetou barreiras à entrada e obstáculos à expansão da rede de postos de abastecimento elétrico. O Governo atuou em 2025 criando um novo regime.

Mais, o CDS-PP defende uma maior coesão territorial, tendo promovido a criação de um nó de acesso à A24 na Serra da Falperra, como forma de otimizar o transporte dos minerais aí extraídos, e também o acesso à A1 entre a Anadia e Oliveira do Bairro. Ainda relativamente à coesão territorial mas também com uma projeção regional e seguindo o princípio constitucional da continuidade territorial, fizemos aprovar uma resolução que recomendava ao governo que procurasse vias para tornar o subsídio social de mobilidade mais acessível, aliviando os beneficiários da necessidade de avançar com o pagamento integral do bilhete.

Seguindo o princípio de que o serviço TVDE em Portugal, sendo regulado por autoridades portuguesas e um serviço de proximidade ao cliente, deve prever a capacidade de falar a língua portuguesa por parte dos motoristas. Aqui, o CDS-PP começou por fazer aprovar uma iniciativa que recomendava ao Governo que tomasse medidas nesse sentido, tendo posteriormente proposto uma lei que obrigasse a uma capacidade básica da língua. O primeiro projeto de resolução foi aprovado e o projeto de lei que se seguiu foi aprovado na generalidade e baixou à comissão para ser discutido na especialidade.

Nos próximos dois anos, o Grupo Parlamentar do CDS estará firmemente empenhado em seguir o caminho que tem feito para defender a natalidade, assegurando sempre que toda a vida tem dignidade. Reiterará o compromisso de proteger a educação e a autonomia das famílias, assumindo um papel fundamental na luta contra o wokismo e todas as formas de ataque à natureza humana, de acordo com o humanismo personalista fundacional do nosso partido.

Tudo faremos para continuar a apoiar as IPSS, através do aumento da consignação para 1,5% e do acompanhamento firme e próximo do acordo de cooperação com o sector social. O CDS-PP vê nas IPSS um pilar essencial da sociedade portuguesa, sobretudo como plataforma de solidariedade civil que responde a variados desafios sociais que o Estado é muitas vezes incapaz de suprir e que sem o sector social ficariam sem resposta. As IPSS são um verdadeiro exército de fazer o bem, e não raras vezes são quem dá resposta a quem mais precisa.

Continuaremos a garantir que o Governo continua o caminho de redução de impostos, com vista a proteger as empresas e a permitir que as pequenas passem a médias e as médias passem a grandes, para que possam pagar mais e melhores salários e para que possamos ter um país mais produtivo e com mais crescimento.

Volvidos 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, podemos afirmar que diremos "presente!" quando o debate se iniciar, e que apresentaremos propostas de revisão da mesma. É por Portugal que estamos dispostos, como sempre estivemos, a continuar a melhorar a Constituição, contra o socialismo. Temos a esperança de que Portugal e os portugueses não mais se afastarão da democracia e da liberdade, apesar de todas as dificuldades que tenhamos de enfrentar.

## 8.

# UMA FORÇA AUTÓNÓMICA

### TEMPO DE FUTURO PARA O CDS NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

As Autonomias são resultado de uma das mais estruturantes alterações trazidas pela Constituição e no CDS sempre defendemos que são um fator de coesão nacional, de proximidade democrática e de eficiência governativa. A distância física entre o centro decisório e as realidades insulares exige soluções diferenciadas, adequadas à especificidade territorial, económica, social e cultural das ilhas. Neste sentido, a autonomia regional deve ser vista como um fator de integração nacional, capaz de reforçar a coesão, reconhecendo a as diversidades e especificidades do país.

Com efeito, as Regiões Autónomas, tratando-se de territórios ultraperiféricos, apresentam custos estruturais permanentes associados à insularidade e à distância, exigindo respostas diferenciadas por parte do Estado e uma garantia de que todos os cidadãos têm acesso a níveis comparáveis de serviços públicos, oportunidades económicas e proteção social. Ainda assim, no CDS defendemos que se deve aproveitar melhor as oportunidades que, ao nível da

União Europeia, são concedidas às nossas Regiões Autónomas, como forma de impulsionar e alavancar o desenvolvimento económico. Para o CDS, o Estado deve, ao mesmo tempo, assegurar que os cidadãos que vivem nos Açores e na Madeira têm acesso a uma efetiva mobilidade territorial, só assim estando em condições de igualdade com aqueles que vivem no Continente.

É, pois, necessário valorizar e reforçar os mecanismos de cooperação institucional entre o Estado e as Regiões, bem como de adaptar os instrumentos financeiros existentes.

Neste sentido, reconhecemos que a Autonomia veio a revelar-se uma das inovações mais bem-sucedidas da estrutura do Estado, possibilitando um novo desenvolvimento económico e social, bem como a valorização das ilhas, num país marcadamente atlantista.

Fazendo o CDS parte dos Governos das Regiões Autónomas e liderando uma autarquia em cada uma delas, isso permite-nos ter um conhecimento direto sobre a matéria, levando-nos a admitir que existem alguns pontos que carecem de ser analisados e aprofundados no sentido de estudar soluções que permitam melhorar a realidade das Autonomias.

Com efeito, a consagração das Autonomias na Constituição de 1976, foi o resultado da ambição dos Açores e da Madeira e a sua concretização, com a criação e órgãos de Governo, permitiu-lhe assumir os seus destinos nas últimas décadas.

O próximo processo de revisão constitucional, em que o CDS estará empenhado, poderá assim constituir uma oportunidade de avaliar a arquitetura do sistema autonómico e o seu aprofundamento.

## 9. UMA FORÇA AUTÁRQUICA

### TEMPO DE FUTURO PARA O CDS NAS AUTARQUIAS

O CDS-PP é, por natureza e por convicção, um partido municipalista. Mas mais do que um apontamento que caracteriza a nossa doutrina, o municipalismo é, no CDS, uma forma de estar na política.

O CDS-PP não se limita a discutir políticas. O CDS-PP executa. É no poder local que o partido demonstra, com factos, aquilo que o distingue: responsabilidade, proximidade e capacidade de decisão. Num tempo em que muitos se perdem em diagnósticos intermináveis, o CDS-PP escolhe fazer. Escolhe resolver. Escolhe estar e responder à chamada das necessidades das populações. E onde o CDS-PP governa, governa bem.

Desde sempre, o partido reconhece no poder local a expressão mais próxima, mais exigente e mais autêntica da democracia. É aí que a política deixa de ser discurso e passa a ser ação. É aí que as decisões têm rosto, consequência e responsabilidade direta.

O futuro do CDS não se decide apenas nos ciclos mediáticos conjunturais. Decide-se no território, nas freguesias, nas câmaras municipais, onde os nossos autarcas são testados todos os dias.

É por isso que os autarcas do CDS não são um elemento acessório do partido. São, na verdade, o seu alicerce, uma constante que demonstra a vivacidade e a capacidade de resistência do partido. E são-no porque corporizam no terreno, tendo em consideração os valores que definem o CDS e a forma de governação das Autarquias CDS, a responsabilidade na gestão exigente e transparente dos dinheiros públicos; a proximidade, na relação direta, sem intermediação, com as populações; a subsidiariedade, garantindo que a decisão está onde deve estar: junto das pessoas e apenas onde estas não intervenham já de forma mais adequada; a liberdade, promovendo a iniciativa privada, o associativismo e o dinamismo local; a confiança, substituindo a cultura da

suspeita por uma cultura de compromisso; e o serviço, colocando o interesse público acima de qualquer cálculo político.

É esta identidade que distingue o CDS e que os seus autarcas tornam todos os dias visível no terreno.

No último ciclo autárquico, o CDS-PP demonstrou que é possível conjugar renovação com estabilidade e crescimento com credibilidade. Nas eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025, o partido manteve as seis câmaras municipais lideradas em listas próprias (o que, só de si, já não se revelava um desafio fácil, uma vez que, em 3 dessas câmaras municipais, os presidentes atingiam o limite de mandatos) e reforçou a sua presença com a conquista de uma sétima câmara no âmbito de uma coligação liderada pelo CDS.

Este resultado não é apenas quantitativo. É, sobretudo, qualitativo.

Onde o CDS governa, gera confiança nos eleitores. E onde gera confiança, consolida e cresce. Cresce em apoio, cresce em votos, cresce em número de mandatos e presidências.

Como tem sido especialmente sublinhado nos últimos anos, os autarcas são uma das maiores forças do partido: pela proximidade, pela capacidade de execução e pela credibilidade que constroem diariamente junto das populações.

Portugal necessita de reformar o Estado. Mas essa reforma não pode ser apenas feita a partir do centro decisório, mas sim partilhada por todos.

Aproveitando os nossos quadros, o CDS deve, construir, de forma descentralizada e com envolvimento de todo o território promover uma proposta concreta de desburocratização, simplificação administrativa e modernização do Estado, articulando-a com o poder central para a obtenção das melhores soluções. Com efeito, pela sua proximidade às populações e pelo conhecimento direto das realidades locais, os autarcas têm uma capacidade única de transformar políticas públicas em soluções concretas.

Os autarcas do CDS têm demonstrado que é possível governar com mais agilidade, mais eficiência e mais foco nas pessoas:

(i) simplificando procedimentos; (ii) reduzindo os tempos de espera para a decisão; (iii) eliminando entraves administrativos; (iii) criando condições para o investimento; e (iv) aproximando os serviços públicos dos cidadãos.

A reforma do Estado faz-se também depositando confiança em quem está numa posição mais próxima das populações. E, por assim ser, o CDS deve defender mais autonomia, mais responsabilidade e mais capacidade de decisão para o

poder local, devidamente acompanhadas das verbas necessárias para o efeito. Recusamos a transferência de competências sem a garantia da capacidade financeira para o seu exercício.

O CDS tem hoje um ativo político diferenciador: uma base autárquica sólida, experiente e reconhecida, sendo hoje a 4.<sup>a</sup> força autárquica, mais próxima da 3.<sup>a</sup>, após as últimas eleições autárquicas. Mas o futuro exige renovação.

É fundamental investir na formação de novos quadros, abrir o partido à sociedade civil e atrair talento capaz de reforçar a qualidade da representação política local. Renovar é garantir continuidade com ambição. Não é substituir, é acrescentar. É preparar uma nova geração de autarcas que mantenha os valores do CDS e que os consiga concretizar em respostas eficazes aos desafios do futuro. O próximo ciclo político deve ser encarado como um período estratégico de preparação, sendo o momento de consolidar o trabalho dos autarcas eleitos, reforçar a articulação interna e estruturar candidaturas com vista às eleições autárquicas de 2029.

O objetivo é claro: preparar o crescimento no poder local. Mais câmaras municipais. Mais vereadores. Mais presença nas assembleias municipais e de freguesia. Só assim conseguiremos levar o nosso modelo de governação, que tantos frutos tem trazido, a cada vez mais municípios.

Porque é no poder local que se constrói confiança política duradoura.

Para que tudo isto seja alcançado é necessário assegurar um diálogo regular entre a estrutura nacional e as estruturais locais e autarcas, de modo que a estrutura nacional possa ter pleno conhecimento e acompanhamento dos principais focos de discussão regionais, fornecendo, sempre que conveniente, dados e informações relevantes para a ação dos autarcas. Isto pode ter tradução, por exemplo, na criação do Portal do Autarca, uma plataforma eletrónica de comunicação, partilha e informação disponibilizada aos autarcas do CDS-PP, ou na criação do Manual do Autarca, sem olvidar a necessidade de atualização e formação continua nesta área, reestruturando o CDS, tendo por base as nossas estruturas locais e a malha autárquica, criando, assim, uma força mais eficaz, da base para o topo.

## 10.

# TEMPO DE FUTURO: MUDAR O PARADIGMA NO CDS

O CDS-PP é, como vimos, por natureza e tradição, um partido de proximidade, profundamente enraizado nos valores do municipalismo, da subsidiariedade e da representação efetiva das comunidades locais. Num contexto político marcado por desafios crescentes à participação cívica e à confiança nas instituições, torna-se imperativo reforçar a implantação territorial do partido, consolidando a sua presença e relevância junto dos cidadãos.

E, pois, necessário adotar um novo paradigma comunicacional em resposta às profundas transformações no modo como os cidadãos se relacionam com a política e com os partidos. A fragmentação da atenção pública, a aceleração do espaço mediático e a erosão da confiança no discurso político tradicional tornam insuficientes os modelos de comunicação centrados apenas na exposição de propostas ou na reação à agenda do momento.

A comunicação deve, pois, ser uma dimensão estrutural da ação política, essencial à construção de confiança, à explicação clara das opções defendidas e à proximidade com a vida concreta das pessoas. Num contexto marcado pela polarização e pelo ruído informativo, devemos valorizar uma comunicação assente na serenidade, na coerência e na empatia, capaz de conjugar clareza discursiva com credibilidade institucional.

Impõe-se, assim, um reforço da comunicação interna como condição para a eficácia externa, promovendo alinhamento, disciplina e mobilização dos militantes e dirigentes enquanto agentes ativos de difusão da mensagem política. Por outro lado, devemos apostar numa presença pública regular, sustentada por produção consistente de conteúdos orientados para a explicação de problemas concretos e de soluções concretas para os problemas das pessoas, privilegiando a continuidade em detrimento da reação pontual.

Para isso, devemos contar, desde logo, com os autarcas do CDS-PP que são, muitas vezes, o rosto mais próximo do partido junto das populações. São eles que

conhecem os problemas concretos das comunidades, que gerem soluções no terreno e que representam, com responsabilidade e compromisso, os valores do partido.

Temos de valorizar politicamente os autarcas, integrando-os de forma mais sistemática nos processos de decisão e definição estratégica do partido e promovendo uma articulação direta entre autarcas e estruturas partidárias, garantindo uma comunicação permanente e eficaz.

Ao reconhecer os autarcas como a espinha dorsal da implantação do CDS-PP, o partido reforça a sua identidade e capacidade de intervenção local, por isso, importa criar mecanismos de partilha de boas práticas, permitindo que experiências bem-sucedidas sejam replicadas noutras regiões. A rede de autarcas deve ser utilizada como alavanca para revitalizar e fortalecer as estruturas concelhias e distritais do partido, sendo em muitos territórios, especialmente fora dos grandes centros urbanos, os nossos autarcas os principais dinamizadores da proximidade e atividade política.

Por outro lado, torna-se essencial desenvolver planos de crescimento territorial, identificando zonas onde o partido deve reforçar a sua presença, não podendo fazer depender a implementação do partido apenas de ciclos eleitorais. Deve antes ser contínua, sustentada e baseada numa presença efetiva no terreno.

A utilização das redes sociais como ferramenta de proximidade, permite um contacto direto e permanente com as populações, sendo esta uma boa forma de valorização do trabalho autárquico e iniciativas locais, dando visibilidade às boas práticas e aos resultados alcançados, constituindo-se, ao mesmo tempo, como facilitador do escrutínio a que ninguém no CDS se deve negar.

A existência de uma rede alargada de autarcas e dirigentes do CDS-PP constitui uma oportunidade única para criar uma verdadeira plataforma nacional de ação política, uma rede estruturada, com reuniões periódicas e canais de comunicação próprios, com grupos de trabalho temáticos, organizados por áreas como segurança, educação, saúde, ambiente ou desenvolvimento económico.

Esta rede permitirá não apenas melhorar a ação autárquica, mas também contribuir para a definição de políticas nacionais mais informadas e próximas da realidade.

A adequação da composição dos órgãos dirigentes nacionais aos desafios que hoje são prementes na sociedade é algo que importa fazer, de forma a trazer mais objetividade, mais proximidade e mais eficácia na execução da ação política corrente do Partido.

Esta moção propõe um caminho claro, aproveitar essa base, reforçar as estruturas, investir na comunicação e construir um partido mais presente, mais dinâmico e mais preparado para os desafios do futuro.

O CDS-PP deve ser, cada vez mais, um partido de proximidade, com raízes no território e olhos postos no futuro. Implantar, reforçar e crescer, com os autarcas, com as pessoas, com Portugal.

O primeiro subscritor:



(João Nuno Lacerda Teixeira de Melo)

A todos quantos, contribuíram para a elaboração da presente Moção de Estratégia Global, num esforço coordenado pelo Telmo Correia, uma palavra de agradecimento sincero:

Telmo Correia  
Álvaro Castelo Branco  
Pedro Morais Soares  
Adolfo Mesquita Nunes  
Ana Miguel Pedro  
António José Baptista  
Catarina Araújo  
Diogo Moura  
João Paulo Mendes  
José Manuel Rodrigues  
Maria Luísa Aldim  
Nuno Magalhães  
Ricardo Pinheiro Alves  
Rui Ribeiro  
Vasco Pinto  
Vasco Becker-Weinberg  
Paulo Nuncio  
João Almeida  
Pedro Magalhães  
Tiago Dias e Sá  
João Viegas

---



# TEMPO DE FUTURO

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL AO XXXII CONGRESSO DO CDS-PP